

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Gabrielly da Fontoura Winter

***NÃO NOS DAMOS CONTA DISSO:***  
**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS A RESPEITO DAS POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO JORNAL ZERO HORA**

Santa Cruz do Sul - RS

2016

Gabrielly da Fontoura Winter

*NÃO NOS DAMOS CONTA DISSO:*  
**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS A RESPEITO DAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO JORNAL ZERO HORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Educação, Linha de Pesquisa em Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Betina Hillesheim

Santa Cruz do Sul - RS

2016

W785n Winter, Gabrielly da Fontoura  
Não nos damos conta disso: uma análise dos discursos produzidos a respeito das políticas públicas de assistência social no Jornal Zero Hora / Gabrielly da Fontoura Winter. – 2016.  
78 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.  
Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Betina Hillesheim.

1. Assistência Social - Legislação. 2. Jornais. 3. Análise de discurso. 4. Pobreza. 5. Integração social I. Hillesheim, Betina. II. Título.

CDD: 361.3

Bibliotecária responsável Ana Paula Benetti Machado - CRB 10/1641

Gabrielly da Fontoura Winter

***NÃO NOS DAMOS CONTA DISSO:***  
**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRODUZIDOS A RESPEITO DAS POLÍTICAS**  
**PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO JORNAL ZERO HORA**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado; Área de Concentração em Educação; Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

*Dra. Betina Hillesheim*

Professora Orientadora – UNISC

*Dra. Leticia Lorenzoni Lasta*

Professora examinadora – UNISC

*Dra. Lilian Rodrigues da Cruz*

Professora examinadora – UFRGS

*Dr. Mozart Linhares da Silva*

Professor examinador – UNISC

Santa Cruz do Sul - RS

2016

*A minha família e  
aos que se fizeram presentes  
nessa jornada.  
Um VIVA aos afetos.*

## AGRADECIMENTOS

Uma das coisas que me deixou feliz durante este trajeto foi saber que eu teria espaço para deixar registrado meu agradecimento a algumas pessoas que me foram (e são) caras, principalmente durante o mestrado. Afinal, que graça teriam as coisas sem os afetos?

Como não poderia ser diferente, em primeiro lugar agradeço a minha família, que sempre me apoiou em tudo, ensinando-me que posso ser e fazer o que quiser; em especial agradeço a potência que vocês veem em mim!

A minha mãe e a minha vó Marisa, por serem mulheres de garra e ao mesmo tempo muito amorosas, mostrando-me o valor de ser mulher. Ao tio-irmão Vicente, Dindo Álvaro e o primo “Vitto” pela leveza dos nossos encontros regados a risadas e brincadeiras. Ao meu pai e a mana Julia, que me mostraram que mesmo com pouca convivência os laços de sangue nunca se desamarram. A Mariana, minha afilhada, que foi o presente que ganhei ao longo desta jornada. Ao Frederico, meu irmão e amor maior do mundo, por ser este ser de luz. E ao vô Jarico e a Nina (*in memoriam*)... Amo vocês incondicionalmente!

Aos meus amigos Ana e Gilberto, por me receberem de braços abertos durante dois semestres, para que eu pudesse cursar disciplinas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao Marcelo, agradeço pelos livros que trouxeste, pelos trabalhos que corrigiste, pelas traduções que fizeste, enfim, pela companhia. Muito obrigada por participarem e facilitarem esta jornada.

A todos os meus amigos da vida, que estiveram sempre na torcida. Prefiro não citar nomes por receio de esquecer algum, mas não tenho dúvidas de que vocês sabem o quanto são especiais para mim. Amo, amo.

A minha turma de mestrado, em especial aos colegas de linha: ao Edson, pelas caronas e as conversas e a Andreza por sempre ter algo para me ensinar. Aos colegas de linha do segundo ano, por nos adotarem. Vocês e suas festas certamente tornaram esta jornada mais divertida. Mas em especial a Camila, esta pequena grande mulher, que esteve sempre disponível para mim. Obrigada pelas conversas, pelas vezes que me acalmaste, pelas correções de trabalho, pelas dicas, por me encantares com o teu bom humor constante e generosidade, enfim, pela amizade (que levarei para a vida)!

A Betina, minha orientadora, por estar sempre disponível, por me tranquilizar, sobretudo pelos ensinamentos e generosidade. O mundo acadêmico precisa de mais pessoas assim. Muito obrigada por ser este exemplo de profissional! Certamente tornaste estes caminhos mais leves.

À banca, por aceitar prontamente os meus convites: A Lilian, por despertar o meu interesse para a Assistência enquanto Política e por ter sido, sem sombra de dúvidas, uma das professoras que fez o meu pensamento se movimentar durante a graduação. Ao Mozart, pelos muitos ensinamentos pós-estruturalistas (espero ter aprendido). E a Leticia, que conheci no fim desta jornada, mas que, através de seus escritos, auxiliou-me na elaboração desta dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, pelos excelentes professores, que, independentemente da linha, sempre me acrescentaram conhecimento. À coordenação, por ter se mostrado tão acessível e compreensiva durante todo o tempo e às secretárias Daiane e Mariele, pela paciência e gentileza com que sempre me auxiliaram em tudo o que me foi necessário.

A Capes pelo financiamento desta pesquisa no decorrer do mestrado, possibilitando assim esta trajetória.

E por último, mas não menos importante, aos meus “pets, Jolly e César”, que me fizeram companhia nos dias de escritas e leituras ao longo dessa jornada, e que, de alguma forma que não sei explicar, parece que esperaram que eu finalizasse esse ciclo para me deixar...

A todos o meu mais sincero: **MUITO OBRIGADA!**

*Para que alguma coisa delas chegue até nós, foi preciso, no entanto, que um feixe de luz, ao menos por um instante viesse iluminá-las [...]. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”: só podemos batizá-las tomadas nas declarações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.*

(FOUCAULT, 2012a, p. 207-8)

*Palavras são, na minha nada humilde opinião, nossa inesgotável fonte de magia. Capazes de causar grandes sofrimentos e também remediá-los.*

(Harry Potter e as Relíquias da Morte)



## RESUMO

Esta pesquisa busca problematizar quais são os discursos produzidos sobre as Políticas Públicas de Assistência Social veiculados na mídia impressa, mais especificamente no Jornal Zero Hora, uma vez que se entende que a mídia tem importante papel na produção de verdades e também pelo fato do referido jornal ter circulação diária e amplo público leitor no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, como temporalidade de análise, foram selecionados três meses de publicação da Zero Hora (fevereiro a abril de 2015), buscando, nas edições diárias do caderno principal, reportagens, colunas, seções, enfim, assuntos que se relacionassem com o tema proposto. Tomou-se como sustentação teórico-metodológica os estudos pós-estruturalistas, dando ênfase ao filósofo francês Michel Foucault, principalmente no que se refere aos conceitos de discurso e relações de poder. Desde 1993, com a Lei Orgânica da Assistência Social, a proteção social tem sido um mecanismo contra as mais variadas formas de exclusão social, independentemente de contribuição previdenciária ou não. Deste modo ela se constitui universal, auxiliando a quem dela possa necessitar. Além da prestação de benefícios assistenciais, visando contribuir para a superação da pobreza, a Assistência concede a certificação às entidades filantrópicas quando necessário, o que legitima as práticas de caridade enquanto parte integrante da Política; contudo, constata-se pouca visibilidade às Políticas Públicas de Assistência Social no referido jornal, sendo a Assistência Social associada, fortemente, à noção de caridade, em detrimento dos discursos referentes à garantia de direitos. Então, principalmente a partir desse tensionamento entre direito e caridade, discute-se como a Assistência Social é produzida pelos discursos do jornal Zero Hora. Por fim, a partir da análise dos dados, evidenciou-se que o jornal dá destaque às questões referentes à pobreza, mostrando-a como incapacitante, uma vez que os sujeitos pobres têm suas vidas marcadas por práticas institucionais e, por mais que a Política de Assistência os inclua em uma série de serviços, proporcionando educação e saúde, ela também os estigmatiza, apartando-os do restante da sociedade que não necessita deste auxílio.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas de Assistência Social. Mídia. Discurso. Pobreza. Inclusão.

## ABSTRACT

This research aims to problematize which discourses are produced about Public Policies of Social Assistance disseminated on printed media, more specific on Zero Hora newspaper, since we believe that the media have an important role in the truth production and considering that the referred newspaper is daily and widely read, in Rio Grande do Sul state. For this study was used for analysis temporality three months of Zero Hora publications (february to april 2015), searching, on the main pages of daily editions, the articles, posts and sections related to the proposed theme. For the theoretical and methodological foundation were used the post-structuralists studies, emphasizing the French philosopher Michel Foucault, mainly in what is referred related to the concepts and discourse of power. Since 1993 the social protection have been a mechanism against many kind of social exclusion, regardless security contribution or not, thereby it is constitute as universal, supporting whoever might need it. Besides the provision of assistance benefits aiming the contribution to overcoming the poverty, the Social assistance concedes certification to philanthropic entities when necessary, what legitimizes the charity practicals as a part of assistant politics, although, it is possible note poor exposure related to Public Policies of Social Assistance in Zero Hora, being the Social Assistance strongly associated to charity to the detriment of discourse of warranty rights. Therefore, mainly from this tensioning between rights and charity, is discussed how Social Assistance is produced by Zero Hora daily. Finally, from the analysis of the data, it was possible to evidence that the newspaper accent the issues related to poverty, showing it as incapacitating, once poor individuals have their lives dominated by institutional practicals and however much the Assistance Policy includes them in a series of services, providing health na education, it also stigmatizes them, separate this individuals from the rest of society which do not need this services.

**Keywords:** Public Policies of Social Assistance. Media. Discourse. Poverty. Inclusion.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>MONTANDO A CAIXA DE FERRAMENTAS .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Forjando a rota de navegação .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2</b>	<b>A mídia e as ferramentas foucaultianas .....</b>	<b>27</b>
<b>2.3</b>	<b>O quanto a caixa me foi útil.....</b>	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>“É NECESSÁRIO PENSAR NOS OUTROS...” .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1</b>	<b>...Quem são os outros? .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>...Quem fala por eles? .....</b>	<b>41</b>
<b>3.3</b>	<b>...Através da caridade ou da Assistência? .....</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>É PRECISO ASSOMBRAR-SE .....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>Do homo sacer ao Sujeito de Assistência .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2</b>	<b>A incapacidade das famílias pobres .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3</b>	<b>A pobreza e os números no Jornal Zero Hora.....</b>	<b>64</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES (QUE NÃO SERÃO) FINAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>5.1</b>	<b>O que ainda me movimenta a pensar.....</b>	<b>70</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quanto ao motivo que me impulsionou foi muito simples. Para alguns, espero, esse motivo poderá ser suficiente por ele mesmo. É a curiosidade – em todo caso, a única espécie de curiosidade que vale a pena ser praticada com um pouco de obstinação: não aquela que procura assimilar o que convém conhecer, mas a que permite separar-se de si mesmo. De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir. Talvez me digam que esses jogos consigo mesmo têm que permanecer nos bastidores; e que nos máximo eles fazem parte desses trabalhos de preparação que desaparecem por si sós a partir do momento em que produzem seus efeitos. Mas o que é filosofar hoje em dia – quero dizer, a atividade filosófica – senão o trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento? Se não consistir em tentar saber de que maneira e até onde seria possível pensar diferentemente em vez de legitimar o que já se sabe? (FOUCAULT, 1998, p. 13)

O interesse pelo tema das Políticas Públicas de Assistência Social ocorreu ainda durante minha graduação em Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), momento em que se iniciaram as aproximações com o assunto. A Assistência Social é uma Política Pública extremamente recente no Brasil, tendo passado de uma noção de caridade ou benesse para tornar-se um direito social a partir do reconhecimento dos efeitos da desigualdade econômica que vieram com a Constituição de 1988. Contudo, somente em 2003, a partir da IV Conferência Nacional da Assistência Social, se propôs a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no intuito de efetivar a Assistência Social como Política Pública, a qual atingiu seu ápice no ano de 2005. A partir disso, suas diretrizes estabelecem a descentralização político-administrativa, bem como o atendimento a quem dela necessitar (independentemente de contribuição à seguridade social e da participação da comunidade).

Embora o contato mais aprofundado com o assunto tenha ocorrido na universidade, desde criança fui subjetivada por conceitos judaico-cristãos, tais como: *as pessoas são iguais, merecedoras de respeito e têm direitos e deveres*. Diante disto, incomodava-me pensar que algumas pessoas viviam com *restos* e não tinham o mínimo para viver, apenas (sub)existindo. Com a maturidade, pude ir percebendo algumas coisas com outras lentes, dando-me conta dessas produções de verdades que nos subjetivam e nos impedem de ver o que está dado.

Posso dizer que, apesar do meu interesse em estudar e pesquisar a Assistência Social, só consegui perceber as amarras que nos prendem a partir dos estudos do filósofo francês Michel Foucault, desnaturalizando questões que antes compreendia como naturais.

Tais estudos muitas vezes me desestabilizaram e, possivelmente, vão continuar a me causar desconfortos, visto que nem mesmo Foucault passou ileso a sua criação, pois conforme Deleuze (2013, p. 120) nos relata:

Se Foucault tem necessidade de uma terceira dimensão, é porque tem a impressão de se fechar nas relações de poder, que a linha termina ou que ele não consegue “transpô-la”, que ele não dispõe de uma linha de fuga [...]. Ele precisará, pois de muito tempo para achar uma solução, já que de fato trata-se de criá-la.

“Acomodação” certamente é uma palavra que não pode ser usada para descrever o processo de pesquisa e escrita desta dissertação. Apesar deste período de imersão nos estudos pós-estruturalistas, ainda é inevitável que ocorram algumas *escorregadelas*, pois por mais que entenda a relação de saber-poder e as disputas que estão sempre em voga, minha formação anterior foi marcada por conceitos como *ideologia*, *opressão*, *classe dominante*, etc. Assim, algumas vezes, percebo que ainda possuo alguns pontos cegos, os quais não se mostram aparentes com facilidade. Desse modo, é um processo contínuo de pensamento e análise que é, devo acrescentar, bastante desgastante, sendo que, às vezes, alinho-me à frase de Deleuze (2013, p. 135), referindo-se a Foucault, para descrever como comumente me sinto: “um pouco de possível, senão sufoco”.

Embora existam muitas críticas aos estudos foucaultianos, não sendo incomum que os acusem de niilistas e/ou paralisantes, uma leitura mais atenta nos mostra justamente o contrário, pois, segundo o próprio filósofo: “minha opinião é que nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer.” (FOUCAULT, 1995, p. 256).

Definitivamente estes pensadores nos tiram da zona de conforto, pois quando Foucault (2007, p. 12) afirma que “a verdade é deste mundo”, desmonta os ideais metafísicos da existência de outro mundo supostamente perfeito. Portanto, diferentemente do que se costuma compreender a partir da religião ou de algumas correntes filosóficas, não existe uma verdade divina, transcendente, de um(s) Deus(a/as) que está(ão) acima de nós, compreendendo-se a verdade como algo produzido a partir de relação de saber/poder. Assim, “entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a

fazer aceitar, mas o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder.” (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Ainda pensando nas reflexões sobre a importância e a dificuldade de realmente mergulhar no processo de pesquisa, utilizo-me das palavras de Fischer (2002, p. 58):

O convite é deixarmos para trás o lago sereno das certezas e mergulharmos naqueles autores e teorizações nos quais encontremos fontes consistentes, ferramentas produtivas para a formulação de nosso problema de pesquisa, exatamente na medida em que eles nos convidem ao exercício da arte de pensar de outra forma o que pensamos, buscando tencionar essas mesmas fontes conceituais, ousando cotejá-las com outras talvez menos seguranças para nós e, especialmente, ousando estabelecer relações entre esses referenciais e as primeiras incursões que fazemos em nossos materiais empíricos.

Para além das titulações e reconhecimento acadêmico, minha principal inquietação com essas novas lentes, com as quais venho percebendo o mundo a partir de agora, é pessoal. Concordo com Foucault (2012b) quando afirma que discursos são também práticas. Mas, despir-me de meus preconceitos não tem sido uma tarefa fácil, porque, na maioria das vezes, eles emergem de forma quase automática, sendo necessário um trabalho de reconhecimento e de desnaturalização dos mesmos. Esta disparidade entre meus pensamentos e as formas pelas quais fui subjetivada tem me causado constante desassossego. Meu mais sincero desejo é que essa escrita possa contribuir para pensar/viver de outros modos.

A construção da vida, no momento, está muito mais no poder dos fatos que das convicções. E, aliás, de fatos tais, como quase nunca e em parte nenhuma se tornaram fundamentos de convicções. Nessas circunstâncias, a verdadeira atividade literária não pode ter a pretensão de desenrolar-se dentro de molduras literárias – isso, pelo contrário, é a expressão usual de sua infertilidade. A atuação literária significativa só pode instituir-se em rigorosas alternâncias de agir e escrever; tem de cultivar as formas modestas, que correspondem melhor a sua influência em comunidades ativas que o pretensioso gesto universal do livro, em folhas volantes, brochuras, artigos de jornal e cartazes. Só a linguagem de prontidão mostra-se atuante à altura do momento (BENJAMIN, 1995, p. 11).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Embora a citação se utilize de termos inapropriados para este referencial teórico, no próximo capítulo situarei melhor a contribuição de Walter Benjamin para este trabalho.

Dito isto, cabe perguntar: Por que estudar Políticas Públicas de Assistência Social na Educação? Uma das perguntas que mais me foi feita durante minha trajetória no Mestrado em Educação foi: “Mas como o teu tema se relaciona com a Educação?”. Assim, creio ser relevante discutir, ainda que sucintamente, de que forma as Políticas Públicas, sejam quais forem, mas em especial as de Assistência Social, têm íntima relação com a Educação.

O equívoco ocorre quando se associa Educação exclusivamente com professores, alunos, colégio, enfim, com a instituição escolar como um todo. É evidente que esta é uma forma de educar os sujeitos, uma vez que a escola é a instituição por excelência voltada para o ensino e aprendizagem de todas as idades, em especial para crianças e adolescentes, por ser responsável por moldar seus corpos para o trabalho na vida adulta. Contudo, certamente não é o único lugar onde ocorre aprendizagem.

Em vista disso, e de um mundo marcado pela competitividade e, portanto, exclusão de muitos no jogo do mercado, as políticas públicas que legislam sobre inclusão na escola, como a de Assistência Social, surgem como uma ponta de esperança no que tange à efetivação dos direitos, tornando a escola comum a todos, sendo pensada como o primeiro passo para um país mais justo, além de auxiliar no controle dos riscos gerados pela população vulnerável, que, até poucos anos, não acessava as instituições de ensino (LASTA; HILLESHEIM, 2011).

Em algumas matérias, o Jornal Zero Hora traz justamente a importância das Políticas Públicas, para que se possa pensar na possibilidade de um futuro melhor, como, por exemplo, quando refere que: “*Aumentar os níveis de educação e saúde gera efeitos positivos como a inclusão social, aumento da renda e redução da criminalidade. Políticas públicas efetivas têm impacto positivo sobre as comunidades.*” (03/03/2015)<sup>2</sup>.

Com o intuito de esclarecer mais esta questão, cabe frisar que se entende que as políticas públicas são definidas como “[...] linhas de ações coletivas criadas pelo Estado para atender a determinadas demandas sociais, configurando-se como um compromisso público de atuação em longo prazo” (CUNHA apud HILLESHEIM, 2013, p. 24). Em especial, para a Assistência Social, criam-se modelos que vão se constituir em torno das características de certos modos de *assistir*, pois aquela “[...] abrange um conjunto extraordinário de práticas que se inscrevem, entretanto, numa estrutura comum determinada pela existência de certas categorias de populações carentes e pela necessidade de atendê-las” (CASTEL, 2010, p. 47). Klein e Damico (2012, p. 73) pontuam que:

---

<sup>2</sup> Ao longo desta dissertação, as escritas que aparecerem entre aspas e em itálico se referem a trechos copiados do Jornal Zero Hora, tendo ao lado das frases o dia em que foi publicados.

Nessa direção, entendemos que a formulação de políticas públicas para solucionar problemas sociais cumpre um papel inicial de produtor de sentidos, em que aqueles/as que elaboram determinada política constroem uma representação da realidade sobre a qual se quer intervir.

Parafraseando Cavagnoli (2014), é fundamental problematizar a forma como são criados mecanismos de regulação das nossas vidas através das políticas institucionais que garantem direito, saindo de uma visão simplista e daquela ideia de naturalidade, de que *as coisas foram sempre assim*. Desta forma, as políticas públicas devem ser vistas como um importante objeto para se discutir os efeitos que elas produzem na vida das pessoas, uma vez que são responsáveis por organizar determinados jeitos de pensar, de se relacionar com os outros e com o mundo, etc. Através disto, pode-se pensar na existência de uma produção subjetiva, na relação que os sujeitos têm consigo mesmos e com o mundo.

Por meio desse viés teórico, que leva a entender as políticas públicas como produtoras de formas de subjetivação, sirvo-me das palavras de Bernardes e Hillesheim (2012, p. 367), quando afirmam que “pensar nesta direção significa subverter a noção de que as políticas públicas operem apenas como estratégias de normalização do corpo social, mas pensá-las como políticas de potência, que possibilitem a emergência de novas formas de subjetivação”.

Quando as Políticas se materializam elas ajustam a subjetividade dos indivíduos, ao exigir o cumprimento de determinadas práticas em contrapartida ao recebimento de algum tipo de benefício, como bolsas, atendimentos, auxílios. Soma-se a isso o fato de tais medidas serem extremamente eficazes para normalizar e governar a população, ou seja, para se comporem modos *corretos* de ser mãe, filho, adolescente e etc., enfim, modos de viver.

Outrossim, a Assistência Social pode ser vista como inclusiva, sendo a porta de entrada para outras Políticas Públicas, como as de Educação e Saúde. Uma vez detectada as necessidades de uma determinada família, é realizado o seu cadastro para que estes passem a ganhar o benefício do Programa Bolsa-Família. Normalmente existe, nos municípios do país, um setor responsável pelo programa. Após serem devidamente cadastrados é necessário que esta mãe ou cuidador(a) responsável pela família se responsabilize também pela frequência escolar, bem como pela pesagem realizada mensalmente em Estratégias de Saúde da Família (ESF), e por manter as vacinas das crianças em dia, sendo que o não cumprimento destas condicionalidades resultará na perda do auxílio.

Pode, ainda, ocorrer o caminho inverso, não sendo incomum que professores detectem alguma vulnerabilidade em seus alunos, encaminhando-os para a Assistência Social da cidade.



De qualquer forma, ambas as vias de acesso nos mostram o quanto as Políticas Públicas estão intimamente ligadas entre si. Então, entendendo-as como um potente mecanismo de produção de subjetividade, justifica-se o estudo sobre as Políticas de Assistência Social na Educação, uma vez que os indivíduos não aprendem apenas na Escola e que vivemos sob o imperativo de constante aprendizagem. Dessa maneira, Noguera-Ramirez (2009, p.15) aponta que:

Percebeu-se uma grande transformação segundo a qual a educação não era mais uma função estatal; ela se confundia com a própria sociedade, era a própria sociedade que se tornava educativa, que dizer, a própria sociedade educava, oferecia múltiplas e permanentes oportunidades educativas para os seus cidadãos, mas também demandava, consumia educação. Da obrigatoriedade imposta, a educação passava a ser uma demanda da população, uma necessidade, “um direito” e até uma exigência; passagem da obrigação estatal para a responsabilidade pessoal.

Seguindo esta linha de raciocínio, que afirma que as formas de educar em nossa sociedade vão muito além da escola, podemos pensar que assim como as políticas públicas, a mídia também é educativa. Fischer (2012, p. 115) propõe que pensemos na mídia como um dispositivo pedagógico, o qual “não se configura apenas como uma discussão sobre linguagem, sobre estratégias de construção de produtos culturais [...], mas é, sobretudo, uma discussão sobre poder e formas de subjetivação”.

Uma vez que os discursos são construídos historicamente e que a partir destes discursos as verdades podem ou não ser autorizadas, a partir do regime de verdades vigente podemos entender que a mídia ajuda não só a reforçar alguns discursos, como também a produzi-los. Por exemplo, quando determinado acontecimento não é divulgado pela mídia fica-se com a ideia de que ele não aconteceu; já em situação em que reportagens aparecem nos jornais tendemos a ficar vinculados àquela opinião pronta, pois, de maneira geral, a mídia leva a “bandeira da verdade”, sem ser problematizados os seus conteúdos. É necessário então, analisar os discursos produzidos fora dos domínios tradicionais do conhecimento, destacando o espaço que a mídia tem assumido, de forma crescente, na produção de imagens e textos que invadem as diferentes esferas do cotidiano (GIROUX, 1995).

Deste modo, a mídia é entendida aqui tanto como materialidade de análise quanto como dispositivo pedagógico. Assim, mediante os estudos foucaultianos, foi realizada uma análise que permitiu (re)pensar sobre a produção de alguns discursos em detrimento de outros,

além da problematização dos jogos de visibilidade e invisibilidade que nos fazem ver e pensar de determinadas formas.

Assim sendo, com o intuito de explicar um pouco mais por onde andará a presente dissertação<sup>3</sup>, é importante dizer que me propus a investigar quais são os discursos produzidos sobre as Políticas Públicas de Assistência Social que são veiculados na mídia impressa do Rio Grande do Sul, mais especificamente no Jornal Zero Hora. Para isso, tomei como sustentação teórico-metodológica os estudos pós-estruturalistas, dando ênfase às reflexões do filósofo francês Michel Foucault. Para a construção desta pesquisa, algumas questões centrais me nortearam, sendo elas:

- Como o usuário da Assistência Social é produzido pelo Jornal Zero Hora ?
- Como perceber a Assistência Social enquanto forma de inclusão no contexto do Jornal Zero Hora?
- Como se pode compreender a articulação entre visibilidade e invisibilidade das Políticas Públicas de Assistência Social no Jornal Zero Hora?

Feitas as devidas considerações iniciais, apresento agora, de forma breve, a maneira como esta dissertação se organiza:

Início a dissertação trazendo capítulo intitulado: “Montando a caixa de ferramentas”, sendo que o título faz menção à apropriação que fiz da metáfora de Foucault. Neste capítulo, explico os caminhos teórico-metodológicos traçados na composição desta pesquisa. Além disso, apresento as dúvidas e as mudanças que ocorreram desde a ideia inicial, com a construção do projeto, até o fechamento da questão de pesquisa, expondo os dados produzidos no decorrer das análises preliminares, já alinhavados com alguns dos conceitos-base para a engrenagem desta pesquisa. Ao final, trago os principais teóricos que foram utilizados no decorrer deste trabalho, bem como quais de seus conceitos me serviram nesta jornada.

No terceiro capítulo, que nomeio como: “É necessário pensar nos outros”, costuro os conceitos pós-estruturalistas com alguns dos dados produzidos, discutindo, primeiramente, quem afinal são estes outros apresentados pela Zero Hora. Destaco que esses outros aparecem, comumente, como sendo alheios ao restante da sociedade, como usuários de uma Política destinada a poucos: são os que irão necessitar e/ou ficar dependentes do auxílio de cidadãos de bem. Tendo em vista que a produção desse outro se relaciona com a noção de inclusão,

---

<sup>3</sup> Mais detalhes sobre os caminhos e o desenvolvimento desta pesquisa serão abordados no Capítulo 2.

realizo também neste capítulo uma problematização da inclusão. Visto que a mesma não deve ser simplesmente percebida como algo que veio para melhorar o mundo e, portanto, inquestionável, problematizo como a inclusão ocorre com estes sujeitos que são ao mesmo tempo incluídos e invisíveis. Além disso, os discursos produzidos na Zero Hora marcam, fortemente, os usuários da assistência como sendo sujeitos de caridade, e não de direito, sendo que, apesar da efetivação da Política Pública de Assistência Social, essa ainda pouco se faz presente no jornal.

Já no quarto capítulo, que intitulei como “É preciso assombrar-se”, destaco a figura do *homo sacer*, utilizada principalmente por Agamben (2014), fazendo uma relação deste com o usuário de Assistência Social, pois, apesar dos séculos entre estes distintos modos de vida, ambos são considerados indignos, sendo passíveis de qualquer abuso, até mesmo da morte, sem que nenhum crime tenha ocorrido e são igualmente incluídos na vida política para após serem excluídos destas. Analiso como eles têm suas vidas mais controladas do que os demais sujeitos, não sendo considerados adequados para muitas funções, dentre elas a maternidade, pois, como aparece na Zero Hora, não são incomuns os casos de crianças e adolescentes institucionalizadas em abrigos, podendo-se afirmar que a governamentalidade se exerce de forma muito mais pesada sobre estes sujeitos, que têm sua existência marcada por números, uma vez que eles necessitam virar estatística. Desta forma, o assombro proposto no título é uma convocação para nos darmos conta das práticas que acontecem com estes sujeitos, desnaturalizando em especial, as que nos parecem mais óbvias.

Por fim, no quinto e último capítulo, que não por acaso escolhi chamar de “Considerações (que não serão) finais”, optei por me colocar, enquanto pesquisadora, falando sobre algumas de minhas dúvidas e inquietações que não se encerram com o fim desta escrita. São talvez, como disse Lasta (2015, p. 174), algumas “notas para continuar pensando”.

## 2 MONTANDO A CAIXA DE FERRAMENTAS

Nesta dissertação me proponho a investigar os discursos sobre a Assistência Social no Jornal Zero Hora. Mídia esta que é conhecida por sua grande abrangência e circulação no Sul do País, em especial no Rio Grande do Sul. Para a realização desta pesquisa, escolhi os conceitos de orientação foucaultiana como minhas ferramentas de trabalho. Tal metáfora (da caixa de ferramentas) é usada com frequência no meio acadêmico. Em 4 de março de 1972, ao entrevistar Foucault, Deleuze explica de forma bastante clara o significado desta, explicitando a importância e a relação entre prática e teoria:

É isso. Uma teoria é exatamente como uma caixa de ferramentas. Nada a ver com o significante... É preciso que isso sirva, é preciso que isso funcione. E não para si mesmo. Se não há pessoas para dele se servirem, a começar pelo próprio teórico que cessa então de ser teórico, é porque ela não vale nada, ou porque o momento ainda não chegou. Não se retorna a uma teoria, fazem-se outras, têm-se outras a fazer. É curioso que seja um autor que passa por um puro intelectual, Proust, que disse tão claramente: tratem meu livro como um par de óculos voltados para fora; pois bem, se eles não lhes caem bem, peguem outros, encontrem vocês mesmos seu aparelho que forçosamente, é um aparelho de combate. A teoria não se totaliza, se multiplica e multiplica. (FOUCAULT apud DELEUZE, 2012a, p. 38)

Apresentado o entendimento da metáfora que Deleuze propõe, creio que se torne fácil perceber os motivos que me levaram a utilizá-la na composição da escrita deste capítulo de caminhos e escolhas. A seguir apresento o processo de montagem da minha própria caixa de ferramentas.

## 2.1 Forjando a rota de navegação



Extraído da página do Facebook: <https://www.facebook.com/tirasarmandinho/?fref=ts>.

Assim, tendo em vista que a materialidade de análise desse trabalho constituiu-se pelo jornal Zero Hora, cabe, em primeiro lugar, explicitar o percurso realizado para essa escolha. Conforme foi trazido na introdução dessa dissertação, a Assistência Social é um assunto que de alguma forma sempre esteve presente em minha vida. Concomitante à minha entrada no mestrado, no ano de 2014, ocorriam as campanhas eleitorais para a presidência da República, bem como para senadores, governadores, deputados federais e estaduais. Em especial neste ano, as disputas se mostraram bastante acirradas e ocorreram muitos tensionamentos entre diferentes discursos e forças, buscando-se constituir determinados regimes de verdade. Para Foucault (2009, p. 12-3), grosso modo:

A noção de saber tinha por função, justamente, pôr para fora de campo a oposição entre o científico e o não-científico, a questão da ilusão e da realidade, a questão do verdadeiro e do falso. Não para dizer que essas oposições não tinham em todos os casos nem sentido nem valor – não é o que eu queria dizer. Eu queria dizer simplesmente que se tratava, com o saber, de colocar o problema em termos de práticas constitutivas, práticas constitutivas de domínio de objetos e de conceitos, dentro dos quais as oposições entre o científico e o não-científico, entre o verdadeiro e o falso, entre a realidade a ilusão podiam exercer seus efeitos. Quanto à noção de poder, ela tinha essencialmente por função substituir a noção de sistemas de representações dominantes pela questão, pelo campo de análise dos procedimentos e das técnicas pelas quais se efetuam as relações de poder.

Diferentemente de outras campanhas eleitorais, esta contou com um novo artifício midiático, as redes sociais, através das quais muitos internautas demonstravam seu apoio a determinados candidatos e/ou partidos políticos. Assim, muitos sujeitos se sentiram mobilizados a tomar partido, autorizados a se exporem. Fosse através da abertura de seus votos ou pela produção de discursos no que diz respeito ao que seria melhor para o Brasil, esta situação deixou-me inquieta, uma vez que, mesmo após o término do período eleitoral, evidenciou-se que as políticas de Assistência Social, seus programas e seus beneficiados, em especial o Programa Bolsa-Família, tornaram-se um campo de acirradas disputas.

Dessa maneira, em um primeiro momento, pensei em utilizar as redes sociais como materialidade para esse estudo. Porém, algumas questões éticas se colocaram, especialmente porque entendo que o público e o privado ainda são questões muito tênues no que se refere às redes sociais: por exemplo, meu perfil de Facebook é aberto somente para as pessoas que aceito como “amigas”, ou seja, é configurado como privado e não o considero público. Assim, não sei como reagiria se soubesse que postagens do meu perfil estivessem sendo utilizadas sem minha autorização. Por outro lado, entendo que, a partir do momento que algo é postado na rede, perde-se o controle do alcance e das proporções que isso poderá tomar.

A partir disso, voltei a atenção para a mídia, entendendo que, se tais discursos apareciam nas redes sociais, também deveriam ser produzidos em outros espaços midiáticos. Desse modo, optei por utilizar o Jornal Zero Hora, que tem circulação diária, amplo público leitor, podendo ser considerado um jornal tradicional do Sul do país, em especial no nosso estado. Por pertencer à Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), o maior complexo multimídia do sul do País, o jornal em questão dispõe de uma série de vantagens, como força econômica, projeção, rotinas de produção de um grande jornal e influência (sobretudo na Região Metropolitana de Porto Alegre, na qual as grandes decisões políticas do estado acontecem e onde se concentra a maior parte da população do Rio Grande do Sul), superando assim os demais jornais do estado (FELIPPI, 2006).

Além disso, devido a sua grande abrangência no Rio Grande do Sul (através de jornais, estações de rádio AM e FM, portais de Internet e emissoras de televisão) e ao fato de se autorreferenciar com frequência, pode-se pensar que a Zero Hora não só se beneficia disso, como também se faz presente nos discursos, uma vez que o grupo exerce poder sobre a opinião pública e possui força política (FELIPPI, 2006).

Tendo definido o Jornal Zero Hora como materialidade, comecei a procurar no jornal, por volta de abril de 2015, diariamente, matérias que tratassem sobre o Bolsa-Família e que pudessem me auxiliar a pensar sobre a produção de verdades a respeito das Políticas de

Assistência Social. Não encontrei nada. Ampliei meu foco, buscando especificamente pela política e, também não obtive êxito. Então, durante o mês de agosto de 2014, busquei por questões no jornal que tratassem da Assistência Social de alguma forma, ainda que a política não estivesse ali mencionada. Foi quando encontrei um número que considero expressivo de material, que pode ser utilizado em uma análise preliminar.

Além de reportagens que abordavam temas diretamente relacionados com as Políticas de Assistência Social, tais como acolhimento institucional, população de rua, reintegração, entre outros, encontrei muitas coisas que, sem a minha amplitude no olhar, não teria percebido. Optei por criar alguns grandes grupos com esses recortes, conforme consta na tabela abaixo:

**Tabela 1 – DADOS 2014**

		Encontrei os recortes nas seguintes sessões do caderno principal da ZH						
Temas	Nº total de recortes	Artigos	Notícias	Charges	Informe especial	Leitor	Sua Vida	Editorial
Educação	2		1					
Segurança	8	1	7					
Racismo	9	3	5	1				
Saúde	10	2	3					1
Assistência Social	14		8		2	1		

Durante a banca de qualificação, percebi que as categorias estavam muito amplas e que a forma como eu as havia sistematizado estava confusa, afinal, utilizei o nome de outras políticas (Educação, Segurança, Saúde...), além de também colocar a própria Política de Assistência como uma categoria, o que me fez repensar tal sistematização.

Entretanto, apesar da amplitude dessa primeira aproximação com a temática, evidenciou-se que o Jornal Zero Hora desempenha uma função importante na produção e difusão dos discursos sobre a Assistência Social. Desta forma, tendo-o definido como materialidade de análise, buscou-se por reportagens, colunas, charges ou qualquer outro matéria alusivas às Políticas Públicas de Assistência Social que fossem publicadas no caderno principal do jornal no período de fevereiro a abril de 2015.

Dos três meses que foram analisados, apenas vinte e oito edições da Zero Hora trouxeram material que serviu como material de análise para este trabalho, sendo possível utilizar setenta e um trechos, distribuídos dentre as categorias que até certo momento da

pesquisa me foram úteis. Ressalto que nos dias em que apareceram referências à Assistência, isso ocorria em várias partes do jornal, podendo-se dizer que, via de regra, ou não aparecia nada sobre o assunto, ou estava em mais de uma parte da Zero Hora.

Organizando os dados de 2014 para a elaboração de um artigo, dei-me conta de como os discursos apareciam e, a partir disto, elaboramos a nossa segunda forma de categorização que auxiliou na busca de material, e que se dividia em quatro, sendo elas:

- **“O que é Assistir?”**: Procurei menções do entendimento que se tem de assistir: afinal, o que os discursos do jornal mostram sobre o que é fazer Assistência Social? Abaixo alguns exemplos do que foi produzido nesta categoria:

*“Pensar nos outros”* (01/02)

*“Aumentar os níveis de educação e saúde”* (03/03)

*“Oferta de alimento e trabalho”* (18/03)

*“Oferecimento de serviços como os de saúde e orientação trabalhista”* (28/03)

*“O dinheiro público, como o destinado a custear alunos carentes em universidades privadas”* (01/04)

- **“Quem são esses assistidos?”**: Nesta categoria, procurei por reportagens alusivas às Políticas Públicas de Assistência Social que descrevessem de alguma forma quem são esses sujeitos que necessitam de auxílio.

*“Crianças órfãs de mães fulminadas pelo vírus HIV”* (01/02)

*“Sofreram maus-tratos ou abuso sexual, crianças...”* (03/02)

*“Essas criaturas de quem desviamos o olhar e o passo [...] homens e mulheres maltrapilhos que inspiram piedade sobrevivem como bichos, remexendo a imundície, comendo restos”* (07/02)

*“Vítimas de violência ou negligência familiar”* (22/02)

*“Teve seus direitos fundamentais violados por ação ou omissão dos próprios pais ou Estado”* (03/03)

*“Uma menina que hoje vive em um abrigo de Porto Alegre teve a família biológica julgada pela justiça como sem condições de criá-la”* (08/04)

*“Nos últimos 3 anos, Emanuel colecionou nove ocorrências de fugas e*



*desaparecimentos de casas, de abrigos, de assistentes sociais que tentavam ajudá-lo e da escola” (30/04)*

- **“Como assistir?”**: Uma vez encontradas as ideias que a Zero Hora mostra em relação ao que é assistir e de quem são esses infames, busco observar ainda como acontece essa assistência, como se dá ou não essa prática.

*“Ensinou como manejar o computador, deu aulas básicas de inglês e brincou a se esbaldar com eles [...]. Não se pode fazer só o que se gosta” (01/02)*

*“O número de casas perigosas corresponde a 83% do total dos abrigos em funcionamento” (03/02)*

*“Precisam de oportunidade, não das nossas respostas atravessadas; pequenas quantias para varrer o pátio ou lavar o carro” (07/02)*

*“Na sede, a Max promove ações as segundas e sextas, dias em que o lanche é doado por um supermercado” (19/02)*

*“Dinheiro público não pode ser distribuído sem a exigência de contrapartidas mínimas” (01/04)*

*“De acordo com a assessoria de imprensa do departamento, todas as casas identificadas (que tiveram um número pintado na parede) serão reassentadas” (10/04)*

- **“Não se enquadra”**: A quarta e última categoria foi elaborada a partir das sobras; tudo o que me pareceu interessante e passível de ser analisado, mas que não se enquadrava em nenhuma das categorias anteriores, foi colocado e relatado nesta parte, para uma possível produção destes dados. Aqui não só foram colocados trechos das matérias como também algumas impressões, nas demais categorias, me detive apenas nas escritas trazidas pelo jornal.

*“Diminuição da pobreza estagnou na América Latina” (01/02)*

*“Na prática, a precariedade dos serviços públicos de acolhimento impõe uma segunda (e por vezes 3º ou 4º) violação a infâncias já maculadas por abusos dos mais variados tipos” (03/02)*

*“A ONG vive de doações” (19/02)*

*“É preciso construir mais escolas e menos presídios. Somente com forte investimento em políticas sociais básicas, como saúde e educação prioritária na primeira infância, é que poderemos fazer deste país sonhado por todos” (03/03)*

*“É nosso dever buscar uma polícia que não seja um grupo de extermínio dos negros e pobres” (06/04)*

Após o término da análise e categorização dos dados, constatei que havia um extenso material em todas as categorias (que vão muito além dos poucos exemplos supracitados). Lendo a totalidade dos dados, pude pensar em outras relações, que o material produzido para esta pesquisa iria além das 4 categorias propostas, ou seja, que seria estéril trabalhar com esses limitadores categóricos. Desta forma, abandonei novamente os marcadores e me utilizei dos dados encontrados nas categorias Acima propostas, para realizar as análises que serão apresentadas nos próximos capítulos desta dissertação. Então, ainda que não tenha trabalhado os capítulos tendo como ponto de partida “Como assistir”, ou “O que é assistir”, por exemplo, frisa-se que estas categorias foram as disparadoras para a busca de material no referido jornal.

Para isto também me permiti ir trazendo algumas situações do cotidiano que me auxiliaram de alguma forma na produção dos dados, bem como na sua problematização. Essa ideia surgiu quando, ocorreram fortes chuvas no município em que moro, em Rio Pardo, trazendo danos enormes à cidade como um todo; uma quantidade expressiva de casas teve algum dano considerável, mudando o panorama do que acontece quase todos os anos, quando apenas as pessoas com vulnerabilidade social e, que moram na beira do rio são afetadas pela enchente. Essa destruição fez emergir um sentimento de caridade entre os moradores, muito estimulada pelas redes sociais, contando com a adesão de muitas pessoas, inclusive de outras cidades. A forma como aconteceram essas práticas de assistência me fizeram pensar muitas coisas, inclusive me deram outras lentes para perceber como essa caridade também aparece nos discursos do jornal.

Depois desse episódio, que começou a tomar forma com uma forte chuva de granizo no dia 14 de outubro de 2015, e que durou por volta de uma semana, a vida seguiu normalmente, pois com as casas arrumadas e reforçadas, as chuvas em grande quantidade que vieram depois em nada afetaram as residências; rapidamente parou-se de falar sobre os mais necessitados, que nesse momento ainda se encontravam fora de casa. Comecei então a observar os discursos de alguns sujeitos, novas matérias da Zero Hora, que em função da crise<sup>4</sup> começou a dar espaço ao Bolsa-Família, mídias eletrônicas, enfim, passei a ampliar os horizontes para discursos que pudessem acrescentar elementos às minhas análises. Ainda que muitos casos não sejam citados no texto, estas observações me auxiliaram a construir esta dissertação. Infelizmente, essa proposta não foi pensada inicialmente, sendo assim, não foi

---

<sup>4</sup> Crise político-econômica do Brasil, durante o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

elaborado um diário de campo; estas observações, na realidade, me serviram muito mais como um complemento do que como uma materialidade propriamente dita.

## 2.2 A mídia e as ferramentas foucaultianas

E depois, afora as ciências, têm-se também os efeitos de verdade ligados aos sistemas de informações: quando alguém, um locutor de rádio ou de televisão, lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciado daquela maneira, naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora. (FOUCAULT, 2012a, p. 228)

Entende-se mídia não apenas como um espaço de reprodução, uma vez que desempenha uma importante função na produção e multiplicação dos discursos. Desta forma, fundamentada no conceito de dispositivo de Michel Foucault, Fischer (2012, p. 115) concebe a mídia como um dispositivo pedagógico discursivo e ao mesmo tempo não discursivo, o qual “tratar de um processo concreto de comunicação (de produção, veiculação e recepção de produtos midiáticos), [...] incorporamos teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas, sobretudo, questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação”.

Segundo Gregolin (2007), para melhor entender o funcionamento da mídia é necessário analisar a circulação dos enunciados, das materialidades que dão estrutura aos sentidos e as ligações que esses enunciados estabelecem com a história. Pois, como o próprio nome mostra, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. Ou seja, o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta (GREGOLIN, 2007).

Levando em consideração que o jornal pode ser percebido como uma naturalização da verdade e como parte integrante de uma sociedade normalizadora, Fischer (2012, p. 132) afirma que a análise deve se deter sobre a materialidade das coisas ditas, pois “funcionam como verdades numa determinada produção social”.

Entende-se verdade como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema” (FOUCAULT, 2012a, p. 228). Para o filósofo francês,

Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/ poder que me preocupam. (FOUCAULT, 2012a, p. 224).

Fica claro, portanto, que os enunciados são exatamente visíveis e não estão ocultos, eles se apresentam de forma direta e discreta, fazendo com que em muitos casos não seja possível que em um primeiro olhar e através de nossas lentes de verdades consigamos captar tudo o que está presente. Assim, “a mídia se faz em um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplica, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que deve ser visto ou ouvido.” (FISCHER, 2012, p. 137). Ou seja, replicando e produzindo maneiras *corretas* de ser e estar no mundo.

Não pretendo com isto passar a ideia de que a imprensa nos manipula, pois, conforme Fischer (2012) nos convida a pensar, é preciso enfrentar o fato de que não existe enunciado escondido naquilo que a mídia produz e veicula. De acordo com Foucault (1996, p. 70), “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta com um poder fundamental de afirmação”.

Especificando um pouco mais a materialidade da pesquisa, o Jornal Zero Hora é dividido de forma sistemática. Diariamente encontramos a capa, informe especial, crônicas, opinião do leitor, notícias, “sua vida”, classificados, obituário, esportes, previsão do tempo, horóscopo, “divirta-se”, propagandas e contracapa. Toda essa informação já vem pronta para ser consumida, sendo a mídia quem define quais são as informações que merecem destaque ou não. Assim como para Fischer (2012, p. 113), “entendemos que a mídia não apenas veicula. Ela, sobretudo, constrói discursos e produz significados e sujeitos”, ao mesmo tempo em que é percebida como “um lugar passível de escapes, de ditos que fogem aos poderes” (p.139). Embora os discursos produzidos pela ZH muitas vezes apareçam como falas dos sujeitos, eles não são discursos exclusivos de uma pessoa, pois, por exemplo, quando se analisam os discursos de uma reportagem não se trata especificamente dos discursos pessoais de tal jornalista, ou do jornal propriamente dito, mas de discursos que estão presentes nestas edições e que nos remetem a campos de saber. São produções que se transformam e nos

subjetivam de tal maneira que tomamos esses discursos como nossos, como únicos e verdadeiros. Michel Foucault (1996), em um dos cursos proferidos no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, a partir do título *A Ordem do Discurso*, começa a proferir sua aula afirmando que:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo possível. Gostaria de perceber que, no momento de falar, uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível. (FOUCAULT, 1996, p. 5-6).

O filósofo se refere ao fato de o *discurso* não ter um ponto inaugural. Ou seja, muito antes de se pensar sobre o tema ele já estava presente na sociedade. Foucault nos chama a atenção para a não existência de um momento puro, de um marco criador, pois nossas verdades são inventadas e possíveis de serem questionadas.

Foucault (1996, p. 8-9) ressalta a ideia de que o discurso se produzirá em função das relações de poder, uma vez que “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”. Sendo assim, podemos acrescentar também que ele constitui subjetividades e a subjetividade conduz novas práticas. Desta forma, entendemos os sujeitos como parte ativa neste processo de produção de saberes e significados, ou seja, a mídia não é entendida aqui como manipuladora, ou como dissipadora de ideologias. Nosso viés teórico nos permite entender a mídia como uma instituição produtora e produzida por esses discursos. Sendo assim, no decorrer desta dissertação ambos os termos serão utilizados, uma vez que não parece prudente dizer que ela é apenas produtora ou reprodutora.

Através deste breve delineamento referente às formas de subjetivação da mídia, e tendo uma noção do funcionamento do jornal, pode-se começar a pensar quais discursos e para que público eles são selecionados, pois é importante lembrar que o jornal impresso tem por definição atender a um público alfabetizado. Além de ter um preço menos acessível que outros jornais, busca fazer um jornalismo mais sério e informativo, não dando espaço para

matérias de fofocas, por exemplo. Desta forma, auxilia diretamente na formação da opinião desta parcela leitora da população.

Ainda que de maneira geral os usuários dos serviços de Assistência Social não sejam consumidores diretos da Zero Hora, os discursos por ela produzidos chegam de muitas maneiras à população em geral (leitora ou não desta mídia). E foi a partir deste entendimento que optei pela utilização deste jornal enquanto produtor de material, uma vez que não tive como interesse de pesquisa focar no usuário ou verificar se as políticas se aplicam de forma efetiva e eficiente.

### **2.3 O quanto a caixa me foi útil**

Mas é seu direito explorar o que pode ser mudado, no seu próprio pensamento, através do exercício de um saber que lhe é estranho (FOUCAULT, 1998, p. 13).

Então, através destes (des)caminhos fui montando minha própria caixa de ferramentas. Este processo se deu aos poucos e através de muita reflexão. Como referiu Foucault (2012a, p. 222), “eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos. Os objetos são um pouquinho determinados pelos instrumentos, bons ou maus, fabricados por mim”. É claro que tive a facilidade de me servir e de escolher ferramentas que já estavam prontas, sendo apenas uma questão de saber utilizá-las, adaptando-as da melhor maneira ao meu problema de pesquisa.

“Não se podem fabricar ferramentas para não importa o quê: é preciso fabricá-las para um fim preciso, mas saber que serão, talvez, ferramentas para outros fins” (FOUCAULT, 2012a, p. 259). Com essa afirmação, Foucault ressalta a importância de ser ter um fim bastante definido na pesquisa, ainda que os caminhos possam ser construídos aos poucos, e sem privilegiar métodos específicos; quero dizer, devemos ter claras as intenções para com as nossas teorias ou análises, como gostaríamos que elas viessem a ser aproveitadas. Entretanto, está sempre aberta a possibilidade destas ferramentas serem (re)utilizadas para outros fins, como veremos no presente trabalho, no qual me aproprio das teorias foucaultianas para pensar os discursos sobre as Políticas de Assistência Social no Jornal Zero Hora. Tal afirmação do filósofo, de que os conceitos podem e até devem ser operados de muitas formas diferentes das idealizadas pelo seu criador, me soa como uma autorização para tensioná-las conforme julgo necessário.

No prefácio do livro “A política das Famílias” de Donzelot (1986), Giles Deleuze escreve sobre o social, afirmando que neste tema cabe uma imensidão de assuntos, tornando a sua abordagem bastante ampla.

O social tem por referencia um *setor particular* em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais, instituições específico, todo um pessoal qualificado (assistentes *sociais*, trabalhadores *sociais*). Fala-se de chaga sociais do alcoolismo à droga; de programas sociais, de repopulação ao controle de natalidade; de desadaptações ou adaptações sociais (do pré-delinquente, do indivíduo com distúrbio de caráter ou do deficiente, até os diversos tipos de promoção) [...]. Como os contornos desse domínio são nebulosos (DELEUZE apud DONZELOT, 1986, p. 1).

Sendo assim, ao optar por analisar os discursos produzidos pelo Jornal Zero Hora sobre as Políticas de Assistência, abre-se um leque enorme de possibilidades. Nesse momento são necessárias escolhas, pois, infelizmente, não é possível que se utilizem todas as ferramentas nos dados produzidos. Mas, ainda sim, nesta dissertação, aparecem muitos marcadores, como o morador de rua, os indesejados, os menores infratores, as crianças e adolescentes institucionalizados, os cidadãos caridosos, o *pobre bom e o mau*, entre outros.

Durante minha qualificação, a banca alertou-me para a amplitude das categorias que eu estava propondo no projeto. Sendo assim, reformulei-as e aqui elas estão organizadas de maneira diferente, de modo que, creio, fazem sentido. Contudo, elas continuam bastante alargadas, uma vez que o social se faz presente em muitos aspectos. Quando coloquei minhas lentes sobre a pobreza, percebi que ela é mais extensa do que eu havia me dado conta, e tem, de forma geral, mais espaço na Zero Hora do que a Política propriamente dita.

Cabe salientar que em nosso país a miséria tem cor, e é negra. Desta forma, ainda que não apareça de forma clara, o tema raça/cor está presente neste trabalho, pois “os indicadores sobre as desigualdades sociais no Brasil apontam que, entre os segmentos mais empobrecidos da sociedade brasileira, estão os pretos e pardos” (GRIN apud SILVA, 2011, p. 247).

Isso posto, estruturou-se a escrita desta dissertação da seguinte forma:

Utilizei-me do filósofo francês Gilles Deleuze (2013) para pensar nas questões da invisibilidade, procurando perceber os discursos que não estão ocultos, mas que tampouco estão visíveis, no Jornal Zero Hora. O francês descreve esta reflexão como uma “dermatologia geral, ou artes das superfícies [...]. A arqueologia é a constituição de uma superfície de inscrição” (DELEUZE, 2013, p. 133); seguindo tal linha de raciocínio, posso entender os

recortes do jornal como sendo minha superfície de inscrição, que continuariam não ocultos e não visíveis, não fosse a luz que coloquei sobre essa questão. Creio que este foi um conceito-chave para a elaboração desta dissertação, pois, ainda que não a referencie com frequência, a questão da invisibilidade esta intrínseca no texto. Para exemplificar, cito a questão da caridade, que aparece de forma tão presente dos discursos do jornal, mas que era invisível aos meus olhos, até então.

É preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades. E a visibilidade de uma época é o regime de luz, e as cintilações, os reflexos, os clarões que se produzem no contato da luz com as coisas. Do mesmo modo é preciso rachar as palavras ou as frases para extrair delas os enunciados. (DELEUZE, 2013, p. 124).

O filósofo alemão Walter Benjamin (1995) foi-me apresentado quase no fim desta jornada, desta forma, não se tornando possível um aprofundar suficiente em sua obra, para que conseguisse utilizá-lo com o restante do referencial teórico escolhido, contudo, ele me foi muito caro, me fez sentir e questionar algumas coisas por ângulos diferentes, ele trouxe a estas escritas alguma poesia. Em vez de utilizá-lo como conceito e método, me servi dele como movimento, como força criativa, questionando minha maneira de escrever, pobreza de narração e um certo positivismo, como a utilização que faço das citações, bem como o modo como utilizo as minhas análises, tirando proveito dos discursos sobre a pobreza para confirmar as “minhas teorias”... Infelizmente não consegui me reinventar e criar esse novo modo de fazer pesquisa, mas já fico satisfeita em conseguir, ao menos, fazer uma crítica.

Do jurista Giorgio Agamben (2014) tomei emprestado o conceito de *homo sacer*, que foi de grande importância para esta dissertação, fazendo pensar como o estado de exceção ainda permanece muito presente na atualidade, espreitando a todos e qualquer um, afinal, todos somos passíveis de nos tornarmos vida nua. Já o sociólogo Loïc Wacquant, com o livro “Punir os Pobres” (2007) trouxe novo fôlego à discussão ao trabalhar a questão da miséria e criminalização dos pobres; embora utilize exemplos da realidade dos Estados Unidos da América, muitas coisas podem ser pensadas para a realidade brasileira, como por exemplo, as condicionalidades que estão sempre empregadas aos pobres na garantia de seus direitos, ou seja, associando as Políticas de Assistência Social com as Políticas Penais. Outro sociólogo auxiliou-me na movimentação do pensamento, desde o projeto: o polonês Zygmunt Bauman (1998, 2005), ao trazer à discussão a ideia do impuro, do estranho, que nesta dissertação será interpretado como o pobre, que além deste lugar de sujeira, é percebido como refugio, um



resto que faz parte deste jogo de poder, servindo como exemplo para que se deseje continuar a jogar, entrando, cada vez mais, na lógica neoliberalista.

Michel Foucault foi, sem sombra de dúvida, o pensador mais importante para a elaboração de todo este trabalho, servindo de alicerce para o pensamento e para as questões aqui abordadas, ainda que em alguns casos através de seus comentadores. A partir de seus pressupostos, escrevi sobre as relações saber-poder que atravessam esta dissertação, bem como os discursos, as estratégias de condução de condutas, governamentalidade, biopolítica e resistência, sempre me fazendo problematizar como nos constituímos como somos, neste caso, especialmente pensando como se constituíram as relações com a pobreza. Por fim, mas não menos importante, utilizei neste trabalho muitos outros intelectuais pós-estruturalistas, que me auxiliaram com questões de orientação foucaultiana, com o entendimento que tal estudo tem em relação à mídia, em especial a Zero Hora, com as questões da Assistência Social enquanto política e da pobreza propriamente dita.

### 3 “É NECESSÁRIO PENSAR NOS OUTROS...”

Feitas as análises dos dados produzidos por esta pesquisa, evidenciei o aparecimento de forma bastante corriqueira de discursos que dessem visibilidade para uma preocupação com o outro. Preocupação esta que tem vários sentidos, sendo expressa pela caridade, pelo medo, pela insegurança, pelo futuro, entre outras formas. Desta maneira, pretendo neste capítulo dissertar sobre: quem é esse outro? De que maneira ele é descrito pelo jornal? Ele é incluído? Tem espaço para se mostrar? Sua voz se faz ouvir? Recebe auxílio? Este auxílio é por direito ou por caridade? Estas são algumas das questões que foram capturas pelas minhas lentes, às quais me propus a problematizar, utilizando como suporte teórico os estudos pós-estruturalistas.

#### Um Anjo de Natal

*Tudo começava com os pinheiros. Ao sairmos para escola certa manhã, surgiram grudados nas esquinas os lacres verdes que pareciam fixar a cidade em centenas de pontos, como se fosse um enorme presente de Natal. Não obstante, um belo dia a cidade rompia esse invólucro, e de suas entranhas brotavam brinquedos, nozes, palhas e adornos para a árvore: o mercado de Natal. Mas com ele surgia também outra coisa: a pobreza. Pois assim como maçãs e nozes podiam se exibir no prato natalino, com um pouco de ouro, ao lado do maço, também os pobres apareciam como lantejoulas e velas coloridas nos melhores bairros. E os ricos mandavam os filhos à frente para comprar dos filhos dos pobres as ovelhinhas de lã ou para distribuir esmolas que, por vergonha, não davam pelas próprias mãos. Entremontes, já estava instalada na varanda a árvore que minha mãe comprara em segredo e que fizera trazer para dentro de casa pela escada dos fundos. E o que de mais maravilhoso lhe proporcionava a luz das velas era a impressão de como, a cada dia, mais se enredava em seus ramos a festa próxima. Nos pátios os realejos começavam a dilatar com corais o último prazo. Contudo, este era por fim vencido, e retornava um daqueles dias, e aqui me recordo de um dos mais remotos.*

*Estava esperando no quarto soar as seis horas. Nenhuma comemoração de anos posteriores vai vivenciar essa hora, que como uma flecha vibra no coração do dia. Já estava escuro; apesar disso, não acendi a lâmpada para não desviar o olhar das janelas que davam para o pátio, atrás das quais se viam agora as primeiras velas. De todos os momentos da existência da árvore de Natal aquele era o de maior ansiedade, momento em que sacrificava a escuridão agulhas e ramos para não ser nada além de uma constelação inacessível e, no entanto, bem próxima, atrás da*

*janela embaçada de uma moradia dos fundos. Porém, como aquela constelação por vezes agraciava uma das janelas abandonadas, enquanto muitas permaneciam escuras, e outras, ainda mais tristonhas, se atrofiavam à luz de gás da noite emergente, parecia-me que essas janelas natalinas continham em si a solidão, a velhice e a indigência – tudo aquilo que os pobres calam.*

*Então de novo me veio à lembrança a distribuição de presentes organizada por meus pais; porém, mal me desviara da janela com o coração aflito, como só o faz a proximidade de uma alegria certa. Senti uma presença estranha no quarto. Não era nada além de uma aragem, de modo que as palavras que se formaram em meus lábios foram como as pregas que um velame inerte lança subitamente à brisa fresca: “O Menino Deus volta todos os anos/ À terra onde vivemos nós, humanos”. Com tais palavras se volatizou também o anjo que neles começara a tomar forma.*

*Porém, não fiquei mais tempo naquele vazio. Chamaram-me para o aposento defronte, no qual a árvore entrara gloriosa, o que dela me alienou até que, desprovida de seu suporte, terminou a festa enterrada na neve ou reluzente sob a chuva, lá onde um realejo a tinha iniciado.*

(BENJAMIN, 1995, p. 120-22)

### 3.1 ...Quem são os outros?

Mas afinal, quem são esses outros? “*criaturas de quem desviamos o olhar e o passo*”<sup>5</sup> (07/02). De igual modo, são sujeitos de direitos, de inclusão e consumo, pois há muito a Assistência Social se tornou uma Política Pública de Proteção Social, passando da caridade para os direitos e para universalização dos acessos, mas ao mesmo tempo em que marca o seu caráter universal frisa ser seletividade para quem dela necessite, ou seja, *esses* sujeitos se mantêm distantes, em uma fronteira invisível, porém, fortemente demarcada. A inclusão passa a ser discutida aqui não apenas pela sua acessibilidade, mas também como um dispositivo de controle da pobreza.

Além das análises das matérias produzidas pelo jornal, dei-me conta que o cotidiano nos apresenta muitos discursos, que podem ser interessantes materialidades de análise. Após o ocorrido em Rio Pardo<sup>6</sup>, rapidamente fui capturada pelo discurso que comoveu a comunidade em um sentimento de união. Ainda que por um rápido momento, nos tornamos uma unidade, que tinha como objetivo que todos tivessem algo; quero dizer, mesmo quem perdeu tudo,

<sup>5</sup> Os conteúdos que aparecem em itálico e entre aspas foram retirados integralmente do Jornal Zero Hora.

<sup>6</sup> Município no interior do Rio Grande do Sul/Brasil, que sofreu com fortes chuvas de granizo, conforme relatado no capítulo 1.

seria agraciado com doações e amparo.

Quando ocorre algum tipo de tragédia, os discursos produzidos no jornal foram no mesmo sentido dos que apareceram no município. Mas, com exceção destes casos especiais, existe um discurso que culpabiliza os pobres, que os coloca como protagonistas de suas histórias, afinal se entende que o que o governo não oferece, as entidades filantrópicas dão, o que tornaria inadmissível uma não ascensão social. A solução para o problema da vulnerabilidade se mostra pouco complexa, pois ainda que eles tenham sofrido vários abusos durante a vida, a oportunidade para mudar essa trajetória está dada, basta querer.

Nas reportagens da Zero Hora esses outros são comumente representados por crianças e/ou adolescentes, tidos como mais vulneráveis ou em situação de risco. Pode-se supor que esta ênfase se dê pelo fato de que atualmente esta fase é considerada como um momento de formação, no qual se constroem as bases para a vida adulta, sendo então, mais eficaz que se invista nesses que ainda são possíveis de transformação. Coimbra e Nascimento (2005) chamam a atenção para uma grande preocupação que existe com estes filhos da pobreza, uma vez que em um futuro próximo eles poderão se tornar perigosos; deste modo, devem ser mantidos sobre controle permanente.

A partir desse mapeamento dos pobres, surge uma grande preocupação com a infância e a juventude que, em um futuro próximo, poderão compor as “classes perigosas”: as crianças e os jovens “em perigo”, aqueles que deverão ter suas virtualidades sob controle permanente. Deste modo, resalto o quanto é constantemente repetido o histórico dos adolescentes que necessitam de atenção: “*O adolescente é pessoa em desenvolvimento [...] os jovens autores de ato infracional têm, em sua maioria, seus direitos violados antes de cometerem o ato infracional*” (02/04); “*A maioria dos jovens em conflito com a lei teve seus direitos fundamentais violados por ação ou omissão dos próprios pais ou Estado. Para cada criança em situação de rua ou marginalizada há uma família desintegrada, falta de emprego, saúde, educação e de moradia digna*” (03/03). Além destes, crianças e idosos também ganham algum destaque: “*As crianças carentes e os velhos abandonados, em geral, só são contemplados, quando sobra*” (22/02), uma vez que esses são colocados em categorias de dupla fragilidade. Em função da fase da vida que se encontram, são considerados como de responsabilidade do Estado, sendo mais facilmente capturados pelas “instituições de sequestro”<sup>7</sup>, como os abrigos, asilos, FASE (Fundação de atendimento socioeducativo), atividades escolares, de saúde, entre outras; ou seja, tecnologias que darão conta do tempo

---

<sup>7</sup> Essas seriam “instituições capazes de capturar nossos corpos por tempos variáveis e submetê-los a variadas tecnologias de poder” (VEIGA-NETO, 2011, p. 91).

ocioso desses cidadãos.

Mas para que estas pessoas tenham os seus direitos mínimos atendidos, elas necessitam estar vinculadas às políticas públicas, principalmente de Assistência Social, pois em muitos casos é ela que faz a ponte com as demais políticas, como, por exemplo, saúde e educação. Conforme a produção dos dados, observei ainda que se dissemina a ideia de um Estado meritocrático, que se refere a uma posição em que todos podem ser reconhecidos pelo seu próprio esforço, sem levar em consideração que os pontos de partida de diferentes sujeitos podem ser muito discrepantes. Os direitos são ditos como primordiais na construção do futuro, uma vez que *“é preciso construir mais escolar e menos presídios. Somente com forte investimento em políticas sociais básicas, como saúde e educação prioritária na primeira infância, é que poderemos fazer deste país sonhado por todos.”* (03/03). Percebe-se que a educação tem um lugar especial nesta idealização tão sonhada, tanto que, historicamente, a educação deixou de ser destinada a uma parcela mínima para dar conta de uma massa da população da qual se deveria conduzir (RECH, 2013). Não é sem sentido que Veiga-Neto (2006, p. 30) alerta que, *“ao educar o outro, nós o aproximamos de nossa morada, do nosso domínio, graças a variadas formas de dominação que estabelecemos com ele e, muitas vezes, sobre ele”*.

É interessante que, ao mesmo tempo em que existe uma preocupação com o futuro do país e destas crianças e adolescentes vulneráveis, há também reportagens com um tom diferente, como no caso da notícia intitulada *“Das ruas do centro à morte na Restinga”*, que conta a história de um menino de:

*12 anos e um longo histórico de andanças, abandono e violência. Há duas semanas ele havia fugido de uma unidade da Fase no Vale dos Sinos, onde cumpria medida socioeducativa, depois de ter sido pego roubando no centro da Capital. (...) Nos últimos 3 anos, Emanuel colecionou nove ocorrências de fugas e desaparecimentos de casas, de abrigos, de assistentes sociais, que tentavam ajuda-lo e da escola. [...] Várias vezes tentaram convencê-lo a sair da rua. Era uma missão quase impossível. [...] É desse ponto que a investigação começa a apurar como ele foi executado (30/04).*

Aqui mostra-se como, apesar do histórico sofrido, o adolescente teve muitas chances e apoio, podendo ter escolhido um futuro melhor.

Ao mesmo tempo, tais intervenções “de apoio” a este jovem podem ser interpretadas como formas de dominação, entendendo que qualquer técnica de governo de um/uns sobre o(s) outro(s) implica uma relação de dominação (VEIGA-NETO, 2006) no sentido de “trazê-los para o seu domínio, seu domicílio, sua moradia” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 3).

Cabe também salientar que dominação, no campo foucaultiano, não necessariamente implica em algo negativo, de opressão ou tirania. A saber, Foucault assim define dominação:

Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade de movimento – por instrumentos que podem ser tanto econômicos quanto políticos ou militares – se está diante do que se pode chamar de estado de dominação (FOUCAULT apud VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 4).

No entanto, para os autores aqui mencionados, Maura Corcini Lopes e Alfredo Veiga-Neto, o filósofo manteve-se preso a uma definição por demais tradicional da palavra e, por assim ser, eles permitiram-se aproximações e afastamentos da obra para investir no uso do conceito de dominação, como um conjunto de práticas, a fim trazer para próximo o outro. De tal maneira, os autores elencam três formas de dominação: pelo *poder*, *violência* e *tutela* (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a).

Brevemente, “o poder é uma ação sobre ações (e não sobre coisas), a violência é uma ação sobre um corpo, sobre as coisas e a tutela é uma forma de proteção de uns sobre outros, considerados mais frágeis e ainda incapazes de decidirem sobre suas próprias vidas” (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 5). Não me interessa aqui classificar as políticas de assistência quanto a uma forma de dominação característica, mesmo porque, segundo os autores supracitados, seria errôneo entender que os três tipos de dominação atuem de forma isolada, tampouco que se manifestam em sua forma pura. Em situações concretas de dominação (não fictícia), como nos trechos citados do jornal, os gêneros se apresentem unidos, de forma bastante dinâmica, alterando sua ênfase de acordo com a situação, ou seja, em alguns momentos a tutela está em evidência, em outros o poder ou a violência.

Mas seria interessante problematizar os efeitos que as mesmas produzem nos modos de subjetivação dos sujeitos que por elas são envolvidos, seja pelo poder, que envolve o desejo de estarem ocupando tal posição, ou mesmo pela tutela, que talvez nos permita pensar

o caso de Emanuel, citado acima, que não se sentia autônomo dentro das políticas que o intervinham, quando não menos era julgado como incapaz de gerir sua própria vida.

São evidentes os muitos casos onde a inclusão se articula sobre o sujeito por meio de uma trama discursiva que o posiciona ora como um anormal a ser contido, ora como um anormal a ser conduzido e ora como um anormal a ser tutelado. A dominação por tutela não reconhece desejo e, tampouco, capacidade de autonomia moral do outro. (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 4-5).

A partir daí, pode-se pensar ainda nestes *outros* como indivíduos que passam de excluídos a sujeitos de direito e inclusão, tendo suas vidas geridas, conduzidas e controladas. Pois ainda que o termo inclusão não apareça de forma explícita nos trechos retirados do jornal, ele se faz presente, como é possível verificar nas análises anteriores, como quando essas pessoas são percebidas como diferentes, erradas e, portanto, convocadas a se formatarem, caso queiram fazer parte da sociedade.

Fica evidente então, que há um discurso muito forte voltado à inclusão. De acordo com Hillesheim (2013, p. 23), tal discurso passa a ser concebido como um imperativo do nosso tempo, tornando-se comum encontrar *slogans* como “Educação para Todos, Saúde para Todos, Universidade de Todos, Um País para Todos, Água para Todos, Computador para Todos...”. Enfim, tudo para todos.

Faz-se importante contextualizar que, no presente trabalho, o termo inclusão é problematizado através da perspectiva de Lopes (2011, p. 7), que é descrita como:

Um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar.

A larga utilização do termo inclusão, nas práticas do governo, é algo relativamente novo, sendo intensificado principalmente durante o segundo mandato do presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), passando a ser pensada principalmente para aqueles que sofrem ou sofreram discriminação. Na decorrência, nos

mandatos do Partido dos Trabalhadores, que substituíram FHC, essa política de inclusão não só foi mantida, como ampliada para um número significativo de pessoas que sofrem algum tipo de exclusão (VEIGA-NETO; LOPES, 2011b).

Em 2011 foi instituído o Plano Brasil sem Miséria, que propõe estender as políticas de assistência e intensificar as ações inclusivas do Estado, desta forma ampliando suas atuações para que se consiga chegar a todos os lugares, visando através do plano à superação da extrema pobreza por meio da inclusão do maior número famílias na base de dados do governo. Pretendia-se alcançar esse objetivo até 2014 (BRASIL, 2011).

Um dos grandes desafios do Brasil Sem Miséria é alcançar aqueles que não acessam os serviços públicos e vivem fora de qualquer rede de proteção social. A ausência de documentação civil, migrações constantes, residência em territórios com conflitos, pertencimento a populações tradicionais que habitam áreas isoladas ou distantes, pertencimento a segmentos socialmente excluídos, desconhecimento de seus direitos, entre outros, dificultam o acesso dessas famílias aos programas sociais municipais, estaduais e federais (BRASIL, 2011).

Consoante Castel (apud VEIGA-NETO; LOPES, 2011b, p. 130), classificam-se os excluídos como sendo aqueles que escapam aos sistemas institucionais, se mantêm fora das estatísticas e passam despercebidos sem influenciar nada nem ninguém, ou seja, “por sua invisibilidade não perturba, não mobiliza e não altera a rotina do mundo”. Ou mesmo, constituem a *vida sacra*, para tomar a expressão do filósofo italiano Giorgio Agamben, em que estes sujeitos estão incluídos na legislação na mesma medida em que estão desprotegidos e abandonados à morte (2014), ou seja, os sujeitos usuários das políticas de assistência, mesmo que capturados parcialmente, estão condicionados aos perigos e vulnerabilidades do meio que os cerca.

Para Veiga-Neto e Lopes (2011b) é importante que se reflita sobre o uso exagerado das palavras inclusão e exclusão, uma vez que ambas têm sido utilizadas indiscriminadamente em muitos discursos, advertindo ainda sobre a ideia errônea e amplamente difundida de que uma seria o oposto da outra. Deleuze (2013, p. 138) propõe que “há um perpétuo combate entre o que se vê e o que se diz. [...] A intencionalidade cede lugar a todo um teatro, uma série de jogos entre o visível e o enunciável. Um racha o outro”, desta forma “nunca se diz o que se vê e nunca se vê o que se diz” (p. 138). Então, no que se refere à Assistência Social, mesmo



que algumas vezes as palavras inclusão e exclusão não apareçam de forma visível, elas estão muito presentes nos discursos produzidos pela Zero Hora.

### 3.2 ...Quem fala por eles?

*Paz sem voz, não é paz é medo*  
(Minha Alma – O Rappa)

Nesse ponto discutirei a partir da constatação de uma não autorização dos discursos destes sujeitos usuários da Assistência, na Zero Hora, uma vez que suas vivências se mostram comumente discutidas e analisadas por terceiros. Partindo deste ponto, pretendo investigar: quem tem a permissão de falar por eles?

Através das observações realizadas no decorrer deste ano, tanto em recortes do jornal Zero Hora, quanto em vivências inusitadas, que apareceram espontaneamente e auxiliaram na movimentação do pensamento, observei a existência de uma diferenciação dos miseráveis e do restante da população<sup>8</sup>, sendo que aqueles não são percebidos como semelhantes. Conforme o dicionário<sup>9</sup> (*online*), a palavra “empatia” significa “s.f. ação de se colocar no lugar de outra pessoa, buscando agir ou pensar da forma como ela pensaria ou agiria nas mesmas circunstâncias”. Partindo deste entendimento, ser empático com outra pessoa pressupõe conseguir se colocar no lugar dela, o que considero impossível, sobretudo entre sujeitos com realidades culturais, econômicas, psicológicas e etc. tão diferentes.

Há muito se abandonou o pressuposto da neutralidade acadêmica, mas ainda restam resquícios de uma onipotência do pesquisador, o que não pode ser considerado de todo ruim, uma vez que é esta paixão por contribuir com um mundo melhor que nos move. E nesta ânsia por justiça e por dar visibilidade aos excluídos, pensamos principalmente (mas não somente) nos pesquisadores como seres empáticos, capazes de dar voz a estas populações preteridas. Esquecendo-se de questionar as implicações que tal atitude traz, Deleuze (2013, p. 114) já nos alertava sobre a indignidade de falar pelos outros:

Sim, é normal que a filosofia moderna, que levou muito longe a crítica da representação, recuse qualquer tentativa de falar no lugar dos outros. Cada vez que se ouve um: ninguém pode negar..., todo mundo há de reconhecer que..., sabemos

<sup>8</sup> Nesta dissertação serão discutidos apenas alguns dos discursos recorrentes sobre os pobres e a pobreza. Desta forma, não serão problematizados outros formas de infâmia.

<sup>9</sup> <<http://www.dicio.com.br/empatia/>>.

que vem uma mentira ou um slogan. Mesmo depois de 68 era comum, por exemplo, um programa de televisão sobre as prisões, que se fizesse falar todo mundo, o juiz, o guarda, a visitante o homem da rua, todo mundo menos um preso ou um ex-presos. [...] E isso vale também para o intelectual: Foucault dizia que o intelectual deixou de ser universal para tornar-se específico, ou seja, não fala mais em nome de valores universais, mas em nome de sua própria competência e situação.

Durante uma entrevista para Alexandre Fontana, o filósofo Michel Foucault (2009), comenta sobre essa ruptura que ocorre na postura e na forma do intelectual se posicionar, sendo que uma está em oposição à outra. No primeiro momento, o intelectual universal<sup>10</sup> se entendia como o dono da voz, o ser capacitado para falar em nome da verdade e da justiça, e as pessoas o mantinham nesse lugar, os queriam ouvir, criando-se assim uma hierarquização, totalmente vertical. Quando essa figura nova, do “intelectual específico” começa a surgir, “o limiar da *escritura*<sup>11</sup> como marca da sacralidade do intelectual desaparece, e então se podem produzir ligações transversais de saber e poder, de um ponto de politização para um outro.” (FOUCAULT apud FONTANA, 2009, p. 9).

Como percebemos, ainda que os modos de produzir conhecimento tenham se modificado, de modo geral, os discursos encontrados na Zero Hora sobre a Assistência Social ainda reproduzem essa lógica de dar voz aos necessitados através de terceiros. Geralmente isto acontece por meio de especialistas, pois ainda que existam espaços no jornal para que o leitor possa “falar”, quem se sente autorizado a expor sua opinião em um jornal conceituado? Uma das sessões destinadas a não jornalistas é intitulada “Artigos”. Observando estas publicações, encontrei depoimentos de juristas, professores universitários, médicos, psicólogos, entre outros; o que vale ressaltar é que havia uma “credencial científica” abaixo do nome do sujeito.

É como se quanto maior for a titulação acadêmica, mais autorizado o indivíduo estaria para expor sua opinião. É inegável que tenha ocorrido tal mudança no pressuposto científico. Entretanto, fica a sensação de que esta mudança não ocorreu para todas as áreas, uma vez que os pobres continuam a ter seus discursos omitidos e que todo o saber reconhecido que temos do mundo, e da vida, atualmente, vem da ciência. Provavelmente por este motivo certas pessoas estão autorizadas a expor sua opinião publicamente, pois elas falam em nome desse conhecimento, enquanto que outras estão desautorizadas por uma série de relações de saber-

<sup>10</sup> A figura do intelectual universal surge no século XIX a partir do jurista, o homem da lei, aquele que precisa estabelecer uma norma universal e justa, ou seja, um representante universal.

<sup>11</sup> Grifo do autor.

poder, mesmo quando se trata de falar sobre o modo de vida delas próprias e sua relação com a pobreza. É preciso esclarecer que, de acordo com Revel, a teoria foucaultiana, saber e conhecimento não são a mesma coisa:

Enquanto o conhecimento corresponde à constituição de discursos sobre classes de objetos julgados cognoscíveis, isto é, à construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos independentemente do sujeito que os apreende, o saber designa, ao contrário, o processo pelo qual o sujeito do conhecimento, ao invés de ser fixo, sofre uma modificação durante o trabalho que ele efetua na atividade de conhecer. [...] O saber está essencialmente ligado à questão do poder, na medida em que, a partir da idade clássica, por meio do discurso da racionalidade – isto é, a separação entre o científico e o não científico, entre o racional e o não racional, entre o normal e o anormal – vai-se efetuar uma ordenação geral do mundo, isto é, dos indivíduos, que passa, ao mesmo tempo, por uma forma de governo (Estado) e por procedimentos disciplinares (REVEL, 2005, p. 77-8).

Talvez se possa pensar que a falta de espaço para estes sujeitos no jornal seja o lugar que eles ocupam de não leitores desta mídia, seja pela falta de condição econômica para a compra, seja pelo desinteresse pelos assuntos abordados, seja pelo analfabetismo, ou talvez nenhuma dessas hipóteses esteja correta, sendo apenas suposições de senso comum, o que também não deixa de ser uma verdade construída e por isso existente.

Justamente nas poucas vezes em que aparecem escritas as falas desses sujeitos nas reportagens feitas, eles afirmam, como no caso de Dona Nei dos Santos, de 78 anos, na edição do dia 19 de março de 2015, que traz a intermediação da justiça na compra de terreno invadido, que não querem nada pronto, pagaram pelo terreno, com auxílio de familiares, trabalho extra e sacrifício: *“Eu pedi tanto por esse momento. Vim para a ocupação para realizar o meu sonho de morar sozinha, de poder plantar e criar animais no meu próprio terreno. Agora sinto que a luta valeu a pena. É como se tivesse ganhado na mega-sena”*. O que vai na contramão do imaginário comum, de um pobre que espera por caridade, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de *pobres dignos*, que se esforçam para mudar de condição, ainda que demore, como no caso de Dona Nei, que só conseguiu a sua casa própria aos 78 anos de idade. Engrossa-se também, desta forma, o discurso meritocrático, em que as exceções são postas como padrão de exemplo e desqualificam as ações assistenciais.

De acordo com os postulados de Wacquant (2007), são intensos os discursos que afirmam existir uma “dependência patológica”<sup>12</sup> por parte dos pobres, bem como uma espécie de desemparo moral. Entretanto, a partir de casos como o da Dona Nei, citado anteriormente, cria-se uma subdivisão dentro da classe, que os define como os pobres “merecedores” e pobres “indolentes”, o que acaba muitas vezes ocasionando um descaso maior da sociedade para com estes sujeitos que não se esforçam como deveriam, bem como reforça a ideia de que a Política de Assistência Social só serve para manter os seus usuários na vadiagem.

Cabe abrir um parêntese e discutir, ainda que brevemente, a ideia da pobreza digna, já que, pelo simples fato de serem pobres esses sujeitos são muitas vezes considerados de má índole, visto como portadores de degenerescências. A partir disso, surge um cuidado/medo para com estas classes perigosas, produzindo-se assim a ideia de *pobres dignos*, que ao contrário dos *viciosos*, conseguem viver de acordo com as normas do que é socialmente aceito e bem visto, ou seja, trabalham, têm costumes religiosos, valores morais, e etc., mas isso não quer dizer que eles podem se equiparar aos cidadãos de bem: tais sujeitos deverão ser sempre tutelados pelo governo (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005). Já sobre os *pobres viciosos*, as autoras referem que eles são considerados um perigo social, que deve ser erradicado. Contudo, é Lobo (2008, p. 55) quem descreve a categoria de forma ampla, dizendo:

que não possuem nem a inteligência do dever, nem o sentimento da moralidade dos atos, e cujo espírito não é suscetível de ser esclarecido ou mesmo consolado por qualquer ideia de ordem religiosa. Qualquer uma destas variedades foi designada sob o justo título de classes perigosas [...] constituindo para a sociedade um estado de perigo permanente.

Voltando à discussão proposta neste item, saliento que não se pretende aqui achar a essência do homem pobre, e/ou o seu discurso legítimo, uma vez que o referencial teórico abordado nessa dissertação discorre sobre as múltiplas produções de verdades, ambas existentes. Deste modo, não há uma verdade mais Verdadeira que a outra, mas sim deve-se problematizar os discursos e o modo como eles aparecem ou não no jornal.

Pensando sobre quem está autorizado a falar por esses sujeitos, cabe aqui um pequeno registro de algo ao qual fui tensionada a relacionar com a pesquisa em andamento: andando pelas ruas de Porto Alegre, fui abordada por uma mulher, que vendia jornais. Ela me explicou

---

<sup>12</sup> Neste parágrafo, as palavras colocadas entre aspas são termos cunhados pelo próprio autor.

que aquela era a edição mais recente do “Boca de Rua”<sup>13</sup>, jornal produzido por alguns dos moradores de rua da cidade, que utilizavam o valor arrecadado com as vendas como complementação das suas rendas. Deste modo, torna-se evidente que eles não são passivos a estas relações que se estabelecem, pois se eles não têm espaço na Zero Hora, inventam seus próprios espaços, demonstrando um processo de resistência.

Através da teoria foucaultiana é possível pensar nesse ato de fazer o seu próprio jornal como resistência. Nas teorias convencionais de poder isso não seria possível, uma vez que o poder é entendido como algo que se possui, sendo desta forma inacessível para a grande maioria dos indivíduos. A teoria proposta pelo autor supracitado, afirma que o poder se exerce, que transpassa por todos os sujeitos e instituições, não podendo ser conservado por nenhuma classe ou grupo: “Não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que ‘não têm’; ele os investe, [...] apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta, contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que eles os alcançam” (FOUCAULT, 2013, p. 29). Ao se investirem deste poder, eles fazem resistência às maneiras de ser que se pressupõem dominantes, afinal o poder é isso, uma série de ações sobre ações possíveis (SARZOTTI, 2015), implicando em um ciclo de lutas e jogos de força, porque, como coloca Foucault (2012a), as possibilidades de resistência fazem com que aqueles que dominam tentem se manter com mais força como dominadores – “a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião” (FOUCAULT, 2012a, p. 227), o que suscita condições de emergência para novas estratégias de captura, no caso, a institucionalização de novas políticas públicas.

A ação de produzir o seu próprio jornal, ao invés de procurar espaços possíveis no jornal já existente, pode ser tomada como um ato de subversão às regras impostas por um grupo e/ou instituição, emergindo e evidenciando assim um jogo de forças, ainda que sutil. Foucault (2009, p. 25-6) desenvolve a ideia de que:

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e volta-las contra aqueles que as tinha imposto; de quem, se introduzindo no aparelho complexo, o fizer funcionar de tal modo que os dominadores encontrar-se-ão dominados por suas próprias regras.

---

<sup>13</sup> Blog do jornal Boca de Rua: <<http://www.alice.org.br/category/boca-de-rua-2/>>.

### 3.3 ...Através da caridade ou da Assistência?

De acordo com Sposati et al. (1985), a solidariedade aos necessitados caracteriza-se como uma prática muito antiga na humanidade, sendo possível observar ao longo da história diversas formas de constituição da moral em diferentes épocas e sociedades. As Políticas Públicas de Assistência Social por sua vez estão ligadas à temática dos direitos, que surgiram na transição do feudalismo para o Estado-nação, fortalecendo a ordem burguesa, anteriormente a esta configuração. As práticas assistenciais eram reguladas pela filantropia, primeiramente pela Igreja Católica e após pelo Estado (CRUZ; GUARESCHI 2009).

Em relação à Igreja Católica, as suas práticas assistências se consolidam durante a Idade Média, através da caridade. Acreditava-se que o ato de dar esmolas era a maneira mais rápida e segura de se chegar a Deus e desta forma conseguir a salvação eterna. Ou seja, a benesse era feita em benefício próprio, de forma seleta e pontual. A instituição religiosa, por sua vez, era responsável pela distribuição destes donativos aos pobres, encarregada do cuidado destas *almas perdidas*. Através desta forma de assistência se garantia a imagem da Igreja, ao mesmo tempo em que se fundava uma primeira tentativa de regulação da miséria. (MELLO, 2012).

Então, entende-se que neste momento as práticas de assistência dependiam exclusivamente da vontade alheia, sendo fortemente vinculadas a ações de beneficência, realizadas tanto por instituições, como os hospitais e as igrejas, quanto por pessoas, como religiosos ou nobres (LOCKMANN, 2013). Contudo, Lobo (2008, p. 295) frisa que “a caridade jamais teve a pretensão de erradicar a pobreza, mas viver dela, nesta e na vida eterna”. Uma vez que a caridade trazia benefícios para ambos os lados, pois beneficiava os pobres que tinham algumas de suas necessidades atendidas, bem como o entendimento de que o sofrimento pela pobreza lhes traria redenção divina, e também beneficiava os nobres, que davam suporte aos mentecaptos, miseráveis e demais infames que necessitassem, utilizando tal ajuda como forma de elevar o seu *status* social, obtendo uma série de benefícios na vida terrena e na divina.

Mas isso não quer dizer que os pobres eram queridos: na maioria dos casos eram utilizados em benefício dos *homens de bem*, como nos relata Vie de Saint-Éloi (apud CASTEL, 2010, p. 64): “Deus poderia ter feito ricos todos os homens, mas quis que houvesse pobres para que os ricos pudessem, assim, redimir-se de seus pecados”. Então, embora se espalhasse uma ideia positiva sobre a pobreza, ela era menosprezada, sendo bem quista em

alguns casos muito específicos, como a pobreza voluntária, normalmente vinculada ao clero: “bem aventurados os pobres de espírito, mas não todos” (SAINT-ÉLOI apud CASTEL, 2010, p. 62), ou seja, a virtude está em abdicar dos bens materiais, não em nascer pobre.

Lockmann (2013), em sua tese, apresenta a quantidade de ganhos que os nobres obtinham ao realizar benfeitorias em nome de Deus aos que nada tinham, podendo ser possível pensar como a pobreza era algo lucrativo para estas pessoas que se dedicavam aos pedintes. Creio ser interessante explorar um pouco mais essa questão.

Ainda conforme a autora, a Irmandade de Misericórdia era uma instituição que atribuía prestígios e ganhos aos seus membros. O *status* social dos participantes se dava devido ao fato de que para fazer parte desta irmandade era necessário comprovar sua dignidade e integridade, enquadrando-se em uma série de normas, como não ser criminoso, nem ter sido escravo ou casado com pessoa de má reputação, ou negra, além de saber ler e escrever, possuir bens para contribuir com o funcionamento da irmandade, ser fiel a Deus, entre outros aspectos. Regras estas que, de acordo com Lobo (apud LOCKMANN, 2013, p. 188), eram feitas principalmente através do “*status* de pureza do sangue (não ter ascendência não branca, judia ou moura)”. Desta forma, a caridade podia ser realizada por um grupo seletivo de pessoas, o que tornava essa ajuda/participação uma maneira de expor publicamente o *status* social.

Mas as contrapartidas terrenas a esta dedicação aos pobres vão além do reconhecimento da sociedade. Lockmann (2013, p. 189) nos apresenta mais uma série de vantagens aos membros das Irmandades, como

a garantia de atendimento hospitalar em caso de doença, podia usufruir de abrigos, alimentação e cuidados na velhice ou na pobreza; tinha direito a enterro no cemitério da instituição com honras fúnebres e, após a morte, recebiam preces e orações por sua alma.

É através destas formas de caridade dada ou recebida que se exercia fortemente um governo dos homens, pois, segundo Foucault (2014, p. 70), “enquanto os homens forem mais preocupados com a sua salvação no outro mundo do que com o que acontece neste, enquanto quiserem ser salvos, eles mantêm-se quietos e é mais fácil governá-los”.

O ideal metafísico, que crê na benevolência como forma pela qual se alcança o fim esperado, a salvação, a subida ao céu, bem como uma vida digna na terra, esteve e está fortemente arraigado em nossa sociedade, fazendo com que sejamos subjetivados por ideias

como: “Deus lhe pague”, que excessos, luxúria e os demais pecados capitais sejam vistos com maus olhos, entre outras. Ainda que o poder da igreja e de algumas crenças tenham diminuído seus poderes sobre nós, elas ainda continuam muito presentes. Fica evidente então que o auxílio aos que necessitavam é, ainda hoje, considerado como uma virtude cristã.

Quando o Estado passa a intervir no social é em função das transformações econômicas e sociais decorrentes da reconfiguração do trabalho com a Abolição da Escravatura e a emergência de uma massa de trabalhadores assalariados compostos por negros libertos e imigrantes europeus (CRUZ; GUARESCHI, 2009).

No período do Estado Novo, a Assistência Social é regulamentada. Em 1942 é formada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a missão de prestar assistência aos soldados brasileiros recrutados para a guerra, e seus familiares. Posteriormente desenvolveram-se ações dentro de um modelo de assistencialismo, ou seja, com objetivo caritativo, sendo essas iniciativas bastante ligadas à benesse da primeira-dama ou da filantropia. Essas ações assistencialistas da LBA ocorreram por mais de 40 anos, sem que tenham entrado na ordem do direito social (CAVAGNOLI, 2014).

Ainda de acordo com a autora, em 1964, com o golpe militar, o Brasil começa um projeto modernizador conservador, privatizando a educação, a previdência e a saúde que só seriam acessíveis a quem pudesse pagar pelos serviços. Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social no Brasil teve transformações, passando a constituir, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a base da Seguridade Social, claramente guiada pela noção de Estado e de bem-estar social. Este marco histórico deflagrou o início da transformação da assistência social: de caridade, benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania, apontando para seu caráter de política pública e de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida (WINTER; CRUZ, 2013).

Esperava-se que após uma série de conquistas de direito, que tiveram o seu ápice em 2005, com a aprovação da regulação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que o modelo de caridade cristã perderia força; entretanto, no decorrer das análises no Jornal Zero Hora, ficou evidente que a assistência ainda está intimamente ligada aos conceitos cristãos. Pois, ainda que atualmente exista uma política pública de garantia de direitos voltada especificamente para a Assistência Social, contrapondo-se ao assistencialismo, o entendimento que a Zero Hora produz nem sempre é este, sendo possível perceber um tensionamento entre a Política de Assistência e a Caridade, tanto no jornal como na vida cotidiana, conforme será discutido a seguir. Contudo, vale frisar mais uma vez que:



Ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (FISCHER, 2011, p. 207).

No verão de 2015 reportagens sobre intercâmbios sociais estavam “*na crista da solidariedade*” (19/02/2015). Não basta mais conhecer outro país e sua cultura, é necessário fazer diferença no mundo, estar engajado, ao mesmo tempo em que se constrói um bom currículo e se tem uma maravilhosa experiência pessoal. Relatos como “*Fui para lá porque é necessário pensar nos outros. Tem gente que precisa mais, e não nos damos conta disso.*” (01/02) estão em alta.

Enunciados como estes nos convocam a pensar na necessidade de auxiliar os que necessitam, doando nosso tempo ou até mesmo nosso dinheiro, tirando-nos da comodidade quando lembram que estes sujeitos “*sobrevivem como bichos*” (07/02); apelam para a nossa generosidade e afirmam que “*não se pode fazer só o que se gosta*” (01/02).

“*Investir nestes que são os últimos a receber e os primeiros a ficar sem*” (22/02), parece ser um discurso recorrente no jornal, uma vez que demonstra que esses sujeitos devem e precisam de auxílio. Não se especifica de qual tipo, afinal, “*eles já ficavam contentes só de nos ver, agarravam-se em nós para não irmos embora*” (01/02), permanecem em subempregos em troca da “*oferta de alimento e trabalho [...] são os principais motivos para o grupo permanecer na praça*” (18/03), além de auxiliar a manter a lógica neoliberal e meritocrática, pois “*precisam de oportunidade, não das nossas respostas atravessadas; pequenas quantias para varrer o pátio ou lavar o carro*” (07/02).

“*Quis fazer a minha parte, doar o que podia*” (01/02). Não se pensa que as intenções destas pessoas em querer auxiliar os outros sejam ruins, isto nem está em discussão; o que se destaca é o modo como o discurso da pobreza vem sendo construído no jornal. Desse modo, aponta-se que, a partir do jornal é constituída uma ideia de miséria que necessita de caridade, e que deve ser tutelada pela sociedade, sem que se fale dos seus direitos. Talvez alguém pudesse pensar que a garantia de direitos a todo cidadão é óbvia e por isso não necessita ser dita, mas como já foi discutido anteriormente, esses sujeitos não fazem parte da sociedade burguesa, afinal “*eles se dão as mãos, compartilham a comida, fazem tudo no coletivo e ficam felizes com as pequenas coisas*” (01/02).

Seguindo a discussão a partir dos dados do tópico anterior<sup>14</sup>, observei que na mesma direção das matérias produzidas pelo jornal, encontrei os discursos de sujeitos comuns – quero dizer com isso aquelas pessoas desprovidas de um saber científico. Percebi isto intensamente quando ocorreram as chuvas de granizo no município. Foi uma comoção geral, indivíduos ajudando o próximo, sem conhecer ou esperar algo em troca; foi como se formasse uma corrente do bem, além das mídias da cidade – em especial as redes sociais foram tomadas por esse relatos e esse chamamento de “todos por Rio Pardo”.

O não esperar algo em troca é algo extremamente relativo: não se espera de volta o que foi investido, afinal *quem dá aos pobres empresta a Deus*. Mas, como já visto, os nobres tinham muito mais ganhos auxiliando do que os próprios miseráveis; é sempre lucrativo negociar com Deus. Analisando estes discursos ditos e não ditos, pude perceber que ainda existem muitos ganhos para os que auxiliam. Na maioria das vezes o ganho é moral, mais ou menos no mesmo sentido do que ocorria com os nobres: ser reconhecido e até mesmo admirado pelos iguais, ser uma pessoa de bem, que doa o seu dinheiro, o seu tempo, sua compaixão e seus conselhos.

No caso do ocorrido nas enchentes em Rio Pardo, os aconselhamentos ocorriam no sentido de ensinar aqueles miseráveis a gerirem as suas vidas, soavam quase como ordens. Os voluntários que estavam responsáveis pela distribuição de donativos sentiam-se autorizados a dar ordens para aqueles que nada, ou quase nada ainda tinham, seja marcando o tempo que cada um poderia levar para escolher as roupas, que era de apenas 10 minutos, independentemente se fosse uma mãe pegando roupas para todos os seus filhos, ou uma pessoa solteira, estipulando a quantidade de fraldas e alimentos, elegendo os “bons pobres” que cuidariam das roupas, e que por isso mereciam ganhar as melhores e/ou os colchões. Rapidamente se percebiam as relações de poder hierarquizado que se estabeleceram no local.

A diferença estava também em sinais (nada) sutis, por exemplo, o uso de luvas por parte dos voluntários, uma vez que poderia ser perigoso que estes tivessem contato direto com aquelas doações. Entretanto, quem estava recebendo poderia (e deveria) ter tal contato, afinal eles vivem, como traz uma reportagem do jornal, “*remexendo a imundície, comendo restos*” (07/02).

A partir deste relato, lembro-me do texto de Walter Benjamin (1995), intitulado “Luvas”, no qual se coloca que além de existir uma coincidência do objeto protagonista,( as luvas) em ambos os casos tal objeto pode ser entendido como uma metáfora para pensar as

---

<sup>14</sup> Fazendo referência ao ocorrido no município de Rio Pardo, além do Jornal ZH.

relações de poder. Então, apesar da possível relação entre as *Luvras* do filósofo, com as do caso descrito acima, seria um crime estragar sua poesia com interpretações. Contudo, gostaria de usar este texto para sensibilizar, assim como eu fui sensibilizada.

### **Luvras**

No asco por animais, a sensação dominante é o medo de, no contato, ser reconhecido por eles. O que se assusta profundamente no homem é a consciência obscura de que, nele, permanece em vida algo de tão pouco alheio ao animal provocador de asco, que possa ser reconhecido por este. – Todo asco é originalmente asco pelo contato. Desse sentimento até mesmo a subjugação só se põe a salvo com gestos bruscos, excessivos: o asqueroso será violentamente enlaçado, devorado, enquanto a zona de contato epidérmico mais fino permanece tabu. Só assim é possível dar satisfação ao paradoxo do imperativo moral que exige do homem, ao mesmo tempo, a superação e o mais sutil cultivo do sentimento de asco. Não lhe é permitido renegar o bestial parentesco com a criatura, a cujo apelo seu asco responde: é preciso tornar-se senhor dela (BENJAMIN, 1995, p. 16-17).

Em sua obra intitulada *Rua de mão Única* (1995), Walter Benjamin traz fragmentos de temas poucos convencionais, que, embora não tenham uma linearidade, se relacionam entre si, criando assim uma filosofia a partir de observações sobre as ruas da cidade, sobre os caminhos e as lembranças.

## 4 É PRECISO ASSOMBRAR-SE

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos nos séculos XX “ainda” sejam possíveis, não, é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. – VIII TESE (BENJAMIN apud MATE, 2011, p. 187).

Especialmente ao trabalhar o conceito do estado de exceção, em sua VIII tese, Walter Benjamin tenta desacomodar as pessoas, provocando nelas um assombro criativo, ou seja, fazendo com que elas estejam mais atentas ao que acontece a sua volta. Ele se refere em particular à “banalização que se fazia do fascismo, ao considerá-lo um resto do passado e não um produto autêntico do seu tempo” (MATE, 2011, p. 201). A partir desta proposta de pensamento, pretendo, neste capítulo, colocar ao menos um pouco de luz sobre algumas vidas que vivem na marginalidade, buscando enfatizar como o discurso da Zero Hora as produz.

### 4.1 Do *homo sacer* ao Sujeito de Assistência

No que se refere às pessoas em extrema pobreza, não é incomum encontrar discursos em que estas aparecem relacionadas a animais, seja pela sua vivência miserável, à margem de todo um padrão básico a que os cidadãos têm direito, seja através do auxílio que eles necessitam dos “bons samaritanos”. Em matéria publicada no Jornal Zero Hora, no dia 07/02, com o título “*Adote um morador de rua*”, a comentarista escracha essa relação quando afirma com todas as letras que “*Não é gratuita a associação que faço entre moradores e animais de rua. [...] quantos gatos e cachorros você conhece que são mais bem tratados do que as criaturas que perambulam por aí implorando por moedas ou comida?*”.

Normalmente esse discurso aparece de forma mais sutil, tanto no jornal, como em situações cotidianas. Quando o tema da miserabilidade está em destaque é comum se produzir discursos voltados para uma relação de causa e efeito, culpando os pobres pela sua situação,

uma vez que eles têm vícios, gostam da vadiagem, não têm noções adequadas de higiene, entre outras coisas que partam do pressuposto de falta de esforço, deixando assim de lado questões históricas, que contribuem para que estes sujeitos ocupem esse lugar na sociedade.

Giorgio Agamben (2014, p. 74) faz uma investigação do conceito de *homo sacer*, que seria “uma figura do direito romano arcaico no qual o caráter da sacralidade liga-se pela primeira vez a uma vida humana como tal”. Através desta ideia, tentarei discutir como essa figura ainda se apresenta na contemporaneidade, especificamente no Brasil, a partir da Política de Assistência Social.

Conforme Agamben, o *homo sacer* é uma das mais antigas penas do direito romano. Tal figura era dita como:

Homem sacro é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribúncia se adverte que “se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será considerado homicida”, Disto advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado de sacro. (FESTO apud AGAMBEN, 2014, p. 186).

Ainda hoje, discute-se sobre qual interpretação daria mais sentido a esta pena, mas de forma geral, as explicações têm estreita relação com a fé, uma vez que “aquilo que é *sacer* já está sob posse dos deuses e é originalmente e de modo particular propriedade dos deuses íferos, portanto, não há necessidade de torná-lo tal como nova ação.” (AGAMBEN, 2014, p. 75). Já a possibilidade de sua morte ser causada por qualquer um, sem que isso seja um crime: pode ser explicada pela vontade de “mandá-lo ao céu o mais rápido possível” (AGAMBEN, 2014, p. 75).

É importante salientar que o *homo sacer* não pode e não vai ser pensado aqui de acordo com o seu entendimento originário, uma vez que na Roma antiga o funcionamento cultural e social era muito distinto do que se tem hoje em dia. Contudo, farei algumas aproximações, entre o que traz o autor, a Zero Hora e algumas vivências por mim analisadas.

De acordo com o que Agamben (2014, p. 83) sugere, “no caso do *homo sacer* uma pessoa é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar a divina”. A partir disso podemos poder pensar em relação às atuais associações de humanos a animais, conforme trecho do jornal citado no início do capítulo, afinal não são todas as pessoas que habitam esse lugar de comparação. É como se estes indivíduos não fossem iguais aos demais, estando em uma subcategoria, em um *não lugar*, ou seja, vivem em uma espécie de limbo.

Fazendo associação com a teoria cristã, seria dizer que eles não são aptos para viver na Terra, nem para subir aos céus. O autor desenvolve a ideia neste sentido, quando afirma que:

A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina, sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: *loup garou*, lobisomem, ou seja, *nem homem nem fera*, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum (AGAMBEN, 2014, p. 105).

Pode-se perceber como no decorrer da história houve outras formas de *homo sacer*, ou seja, sujeitos também considerados insacrificáveis, porém, matáveis. Conforme Agamben (2014, p. 104) exemplifica, no passado, os povos escandinavos e germânicos denominavam *lobo* os bandidos, associando a sua imagem a lobisomens. As leis desses países fundavam-se “sobre o conceito de paz (*Fried*) e sobre a correspondente exclusão da comunidade do malfeitor, que se tornava por isso *friedlos*, sem paz”, sendo possível confrontar “a figura do *homo sacer* com o *Wargus*, o homem-lobo, e com *friedlos*, o ‘sem paz’ do antigo direito germânico”.

Partindo dessa ideia posta por Agamben (2014), de que o *homo sacer* continua a fazer parte do nosso dia a dia, ainda que com algumas diferenças e com outros nomes, indaga-se então quem poderia ser pensando como o *homo sacer* atual? Outros autores também se utilizam do conceito para problematizar a sociedade contemporânea, sendo Slavoj Žižek (2011) um deles. Ele tensiona e aproxima o tema para pensar na realidade em que vivem muitos sujeitos no Afeganistão, por exemplo.

De acordo com a produção dos dados desta pesquisa, proponho que se faça uma relação entre o *homo sacer*, o *wargus* (lobisomem) e o usuário da Assistência Social. Enfatizo que os discursos sobre os sujeitos da Assistência foram e serão analisados através da lente dos discursos produzidos pela Zero Hora, bem como de algumas observações do meu cotidiano. Antes de continuar a discussão, cabe elucidar um pouco mais alguns termos-base para este entendimento, como a diferenciação entre *bíos* e *zoé* (uma vez que esta segunda refere-se também a uma vida em si mesma, ou seja, a vida nua):

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra *vida*. Serviram-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. (AGAMBEN, 2014, p. 9).

Apesar de *zoé* e *bíos* serem conceitos utilizados desde a Grécia antiga, a maneira como Agamben trabalha com a *vida nua* só vai ser possível muito anos depois, com o advento de um grande acontecimento da modernidade, o *Biopoder*<sup>15</sup>, ou seja, somente quando se consegue pensar na *zoé* dentro da cena política, o que só foi possível com o auxílio da inclusão (SCISLESKI, 2010).

Agamben questiona quais seriam os motivos que levaram a política ocidental a se constituir fundamentalmente pela exclusão da vida nua, para depois vir a incluí-la, delineando-se assim uma estrutura da exceção: “A vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens” (AGAMBEN, 2014, p. 15). Scisleski (2010) percebe esses movimentos de excluir para depois incluir como uma maneira de fazer com que a vida se torne um objeto da política, emergindo, deste modo, uma *biopolítica*. Afirma também que é somente através dessa cisão que o sujeito pode ser transformado em um elemento a ser estudado, manejado, analisado e governado.

Não pretendo me aprofundar no conceito de soberania, proposto por Agamben (2014). Contudo, não citá-lo seria deixar uma lacuna nas análises que proponho. Deste modo, utilizo-me de Scisleski (2010) para abordar o conceito de forma sucinta. A autora explica que o filósofo irá se basear nos pressupostos de Carl Schmitt, pensando na soberania como algo que está ao mesmo tempo dentro e fora do ordenamento, “como dentro, Agamben entende que a soberania refere-se à autoridade que funda o próprio ordenamento, e fora, porque ela mesma não está sujeita à própria lei que funda.” (SCISLESKI, 2010, p. 61). Sendo a figura do Soberano a responsável por decretar o estado de exceção (que não precisa ser necessariamente um rei, como no caso de Hitler). Mate (2011) acrescenta que a autoridade deste soberano, ao suspender toda ordem existente, não carece do direito para criar leis, nem sequer de leis para garantir essa submissão.

---

<sup>15</sup> A ideia de biopolítica em Agamben refere-se não apenas a um conceito ou à forma com que o Estado toma o governo da vida, mas principalmente refere-se a um operador que articula não só a gestão da vida, mas também a gestão da morte (SCISLESKI, 2010, p. 59).

Utilizando-me ainda do comentarista de Benjamin, Reyes Mate (2011), para pensar no estado de exceção, pois, ao contrário de Schmitt, que entende e materializa<sup>16</sup> esse conceito como um lugar em que se produz uma submissão sem fissuras ao poder, Benjamin problematiza a violência como forma criadora e conservadora do direito, ou seja, questiona se “é possível uma visão não violenta da política<sup>17</sup>? Se a violência vem à política pelo direito, seria procedente, então, a suspensão do direito para acabar com a violência? Quando o direito é retirado, a vida é libertada?” (MATE, 2011, p. 192). O filósofo nos coloca para pensar no estado de exceção através de outro prisma, que nem sabe ao certo se funcionaria, uma vez que é praticamente inimaginável uma sociedade sem os regulamentos do direito.

Tentando seguir essa proposta do assombro, me indago, em relação à Assistência Social, o quanto a Política e suas práticas não podem muitas vezes ser entendidas como atos violentos? Sendo na maioria das vezes visto de forma banalizada, sobre as lentes da garantia de direito, autonomia dos sujeitos e etc., pode-se citar como exemplo a obrigatoriedade de uma contrapartida destes sujeitos ao ganharem um benefício<sup>18</sup>, ao qual têm direito.

Pensar no lugar que a pobreza e os que fazem parte dela ocupam em nossa sociedade é fundamental para que se entenda a associação entre o sujeito de Assistência Social com o *homo sacer* – vida nua. Os discursos produzidos pelo jornal nos mostram, na melhor das hipóteses, a pouca visibilidade desta população. Colocando-os no mesmo patamar de animais, quando, por exemplo, descrevem as atividades mais necessárias em lugares muito vulneráveis: “*Tipos de atividades: atuar em orfanatos, creches, escolas, centros médicos, entidades que abrigam mulheres vulneráveis, zoológicos, reservas ambientais*” (01/02). Na ocorrência de algum desastre, como o que ocorreu em Rio Pardo<sup>19</sup>, as pessoas reproduzem discursos bem menos sutis, que indicam, inclusive, uma preocupação maior com os animais, que são indefesos, do que com os sujeitos, uma vez que esses estão nesta situação por “vontade”, afinal eles construíram sua moradia em local impróprio, por exemplo.

Também me parece que, numa tentativa de produzir um jornalismo imparcial, os discursos produzidos pela Zero Hora acabam soando como certa apatia, ao relatar histórias tão infames, uma vez que não foi incomum encontrar publicações noticiando: “*Sofreram maus-tratos ou abuso sexual, crianças...*” (03/02) ou sobre a ocorrência de “*casos de acolhidos que chegam bebês a saem aos 18 anos*” (03/02), sendo que “*o tempo máximo de permanência nos*

<sup>16</sup> Carl Schmitt, além de filósofo político, foi também jurista do Terceiro Reich.

<sup>17</sup> Benjamin entende “o direito como institucionalização da política” (MATE, 2011, p. 192).

<sup>18</sup> Entende-se que o termo benefício está associado à benesse e deste modo, à caridade, entretanto, entendo que nesta dissertação o termo se mostra adequado, uma vez que se questiona a mudança da caridade para o direito.

<sup>19</sup> O caso está citado na Introdução.



*abrigos não pode ultrapassar 2 anos*” (03/02), evidenciando um alheamento em relação à vida desses sujeitos, pois comumente são publicadas apenas rápidas passagens dessas existências miseráveis.

Eles são tirados de seus lugares de morada (e entendendo que alguns escolhem a rua como este lugar) por força do direito, para incluí-los em um sistema político que se diz comum a todos, para que após sejam deixados à própria sorte, em alguns casos, ainda, em situação muito próxima a que estavam inicialmente: “A vida do *homo sacer*, portanto, era indigna e inútil. Vida nua simplesmente” (SCISLESKI, 2010, p. 60). Nestes casos, ao mesmo tempo em que a lei interfere por estes sujeitos, fazendo com que se cumpram normas estabelecidas pela sociedade e assim reafirmando-os como cidadãos, em um segundo momento ele torna a excluí-lo novamente, fazendo com que essa lei não se efetive plenamente (como no caso dos bebês que chegam aos abrigos e permanecem aí até completarem 18 anos de idade – tempo máximo de permanência – sem que o processo jurídico de perda do pátrio poder se conclua, ou seja, essas crianças nunca se tornam aptas para adoção) certificando-se de que para esses uma espécie de estado de exceção continua vigente.

Scisleski, Caetano e Cogoy (2013, p. 97) também trazem à luz a ideia de que “o foco não é mais excluí-los, mas incluí-los através de mecanismos que produzem exclusão, mecanismos esses que ao mesmo tempo permitam sua circulação pela pólis sem que, no entanto, sejam de fato inseridos nela”. O que me remete a uma alegoria pensada pelo filósofo Walter Benjamin e citada por Mate (2011, p. 114), que diz: “A inclusão do excluído não pode ser entendida como a entrada de um novo sócio num clube, já constituído, porque isso não garante que o clube deixe de ser excludente”. Entendendo este processo de incluir para excluir devemos então nos esforçar para conseguirmos assombros potentes mais seguidamente, em especial com as Políticas Públicas, que são tão facilmente aceitas por nós como edificantes e quase impossíveis de questionamentos.

No dia 02/03/2015, foi noticiado na Zero Hora: “*Dupla coloca fogo em morador de rua*”. Relatou-se que o acontecimento foi presenciado por muitos moradores de um bairro em Porto Alegre - RS, sendo que estes socorreram o mendigo. Entretanto, ninguém sabe informar nenhum detalhe sobre o crime. Não se voltou a falar disto no jornal, como ocorre comumente em outras denúncias e/ou crimes, quando a mídia volta a trazer, ao menos, uma nota de esclarecimento do caso. São vidas essas que não tomam nossa atenção por mais do que aquele minuto de leitura, caindo do esquecimento logo que se vira a página. Não se fazem necessários esclarecimentos, uma vez a que “a vida nua, habita a terra de ninguém, entre a

casa e a cidade” (AGAMBEN, 2014, p. 91). Pode-se entender, então, que existe uma espécie de desamparo para com estas pessoas marginalizadas, em relação ao restante da sociedade.

Não existe uma proteção das vidas desses sujeitos. Elas podem ser expostas, ridicularizadas, maltratadas, mortas, podem até mesmo se tornar invisíveis para os outros. “Esses *banidos da sociedade* mantêm, então, em relação com a lei, uma posição de bando” (SCISLESKI, 2010, p. 66). Estão à mercê, uma vez que o guarda-chuva dos direitos não as cobre, pois mesmo que existam leis, elas não as protegem.

Com o advento das tecnologias o *nosso homo sacer* tem se tornado mais visível. Em alguns casos (negativos), não são incomum vídeos que viralizam na internet mostrando esses sujeitos em posição de ridicularização, afinal suas vidas são sujeitadas às vontades de outrem. É como se existisse uma autorização de expor estas *zoés*, conforme julguem mais atrativo, sem que nada lhes aconteça como punição. Há claramente um juízo de valor em relação a algumas vidas em detrimento de outras.

Há sim momentos em que os sujeitos percebidos como *não (tão) vulneráveis* também se tornam expostos, como nos casos anteriormente citados, dos vídeos, mas geralmente esses episódios tendem a ser mais específicos. Agamben (2014) ressalta que todos somos passíveis de nos tornarmos vida nua. Contudo, creio que existam algumas vidas mais suscetíveis que outras, pois, na medida em que se propõe a discussão do valor destas vidas, estamos explicitando o seu desvalor.

Esta é a força e, ao mesmo tempo, a íntima contradição da democracia moderna: ela não faz abolir a vida sacra, mas a despedaça e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela a aposta em jogo do conflito político. [...] Se é verdade que a lei necessita, para a sua vigência, de um corpo, se é possível falar nesse sentido, do *desejo da lei de ter um corpo*, a democracia responde ao seu desejo obrigando a lei a tomar sob seus cuidados esse corpo (AGAMBEN, 2014, p. 121).

Ao final de sua tese, Scisleski (2010, p. 92) faz reflexão muito interessante sobre o que se produz com essa desvalia das vidas. Ela indaga: “afinal, o que estamos produzindo? ...Morte!”. A pesquisadora segue discutindo que por mais que se tenha mudado a posição que os corpos assumiram na sociedade, o resultado continua a se repetir, produzindo a extinção da vida, ainda que atualmente a lógica seja deixar e não mais fazer morrer.

Pode-se então pensar que os usuários de assistência, bem mais que o restante dos sujeitos, são governados principalmente por uma estratégia tanatopolítica, que, conforme

Agamben (2014) trabalha em suas pesquisas, se refere às maneiras da política de se apropriar da morte. Ou seja, a inclusão que se dá destes sujeitos na política pode também auxiliar na produção de suas mortes. Aí se encontra mais uma vez a relação dos pobres com o *homo sacer*: ambas as vidas são indignas e matáveis (SCISLESKI, 2010). Mas apesar de tantas evidências nas diferenças entre o valor das vidas, a maioria dos discursos produzidos na Zero Hora continua a afirmar que todos os indivíduos têm as mesmas obrigações, direitos e deveres.

Todavia, Mate (2010, p. 201) nos alerta que “relacionar hoje o campo (de concentração) com civilização técnico-científica é seguramente tão difícil como era ontem fazer a relação entre campo e progresso”. Desta forma, dar-se conta de todo esse jogo que deslegitima tantas vidas é realmente muito complexo, em especial em um momento em que a inclusão se faz muito presente. Sendo assim, não se entendem os discursos da Zero Hora como vilões, ou alienantes. Eles simplesmente (re)produzem o que o nosso tempo cria.

#### **4.2 A incapacidade das famílias pobres**

Chama a atenção que durante os três meses de análise do Jornal Zero Hora foram inúmeras as vezes em que se publicaram menções sobre abrigamentos de crianças e adolescentes no estado, sendo que, ao todo, 23 trechos foram tabelados. Desta forma, pretende-se discutir neste ponto a desqualificação da família pobre, a partir de discursos produzidos pelo jornal.

As publicações do jornal sobre o assunto tinham um viés de denúncia. Já nos títulos informavam o descaso com que os abrigos estavam sendo tratados: “*Abrigos insalubres, obras lentas*” (03/02), “*Incêndio atinge abrigo com nove crianças*” (22/02). Alertavam ainda que as tragédias ocorridas não eram mera fatalidade, uma vez que “*o número de casas perigosas corresponde a 83% do total dos abrigos em funcionamento*” (03/02), e que “*no atual ritmo de reparos dos locais apontados como insalubres pelo Ministério Público, Estado e município só oferecerão casas seguras para vítimas da violência doméstica em 2018*” (03/02). Ou seja, sabe-se que o Estado não tem condições mínimas de zelar pelo bem-estar destes e continua-se a optar pela internação como melhor alternativa. Não pretendo entrar no mérito de se os abrigamentos são bons ou maus, embora existam casos em que eles são sim necessários. Contudo, gostaria de problematizar esta prática que por vezes parece ser pensada como a primeira e/ou única saída possível.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2013) faz uma problematização sobre o sistema penal. Através de sua análise ele coloca em evidências as falhas e a ineficiência desta instituição. Entretanto, podemos observar que as prisões continuam a ser a alternativa escolhida para punir os sujeitos que cometem delitos. Porém o próprio filósofo questiona: qual seria a alternativa viável para substituir o encarceramento? Na falta desta alternativa, o cárcere continua a ser a solução utilizada em nossa sociedade. Dito isto, faço uma analogia deste entendimento sobre as prisões com o sistema de abrigamento (lembrando que ambos são instituições totais), ou seja, ainda não se tem uma alternativa plausível para que a institucionalização infanto-juvenil não ocorra.

Durantes meus estágios curriculares do Curso de Psicologia, pude acompanhar alguns adolescentes institucionalizados e perceber que existiam falhas bastante graves com o cuidado desses sujeitos. Deste modo, pensando tanto em minhas vivências, como nos discursos produzidos pela Zero Hora, algumas questões ficam no ar, como por exemplo: se é do conhecimento, inclusive do poder público, a precariedade das casas de acolhimento, por que as retiradas destas crianças e adolescentes de suas famílias ainda continuam a acontecer? Se a família falha e o Estado vem a falhar novamente, faz sentido a desfiliação paterna? E ainda, por que essa perda de poder sobre os filhos acontece de forma bastante pontual, sendo muito mais comum em famílias pobres?

De acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

§ 1º Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

§ 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.

A partir do estatuto está regulamentado por lei que nenhuma criança ou adolescente será retirada dos pais e privada do convívio com a família por questões econômicas, não sendo a pobreza um motivo suficiente para o abrigamento. Mas estranhamente não é isto que acontece, uma vez que a grande maioria dos casos de institucionalização ocorre nas famílias com vulnerabilidade social. Os discursos atuantes nos subjetivam a pensar que a pobreza é por

si só um impedimento para uma *boa* criação destes pequenos, bem como que a tutela do Estado sobre elas é a melhor alternativa. Não são incomuns casos como este: “*Aos 9 anos, uma menina que hoje vive em um abrigo de Porto Alegre teve a família biológica julgada pela justiça como sem condições de criá-la*” (08/04).

De acordo com Nascimento (2012), o discurso da miséria enquanto incapacitante é tão arraigado que em alguns casos as próprias famílias acreditam na internação como a melhor alternativa para a garantia de um futuro melhor aos seus filhos<sup>20</sup>. Então, desta forma, se estabelece uma associação entre incapacidade moral e baixo poder aquisitivo, que resulta no estabelecimento de práticas que justifiquem a internação dos filhos da pobreza.

Devido, então, à impossibilidade legal de se retirar o poder familiar por questão socioeconômica, surgem as denúncias de maus-tratos e negligência. Conforme o dicionário (*online*), o termo negligência<sup>21</sup> significa: “Falta de cuidado, de aplicação, de exatidão, de interesse, de atenção; em que há descuido, displicência, desatenção, desleixo, desmazelo ou preguiça. Jurídico: Falta não intencional da pessoa que se omitiu no cumprimento de um ato que lhe foi atribuído”. Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005, p. 47) nos apontam em um de seus artigos, com base nos dados do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (2014), que foi realizado um levantamento dos motivos de institucionalização, sendo que:

78% dos motivos de ingressos referiam-se a negligência dos pais (SANTOS, 2004). Considerando que 22% das famílias vivem com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, como as famílias poderiam assegurar os direitos de acesso à saúde, educação, alimentação, esporte e lazer, conforme disposto no artigo 4? Quem está sendo negligente? A família ou o Estado?

A negligência tornou-se então um conceito bastante amplo, sendo que, quase todo *erro* dos pais pode ser enquadrado nela. A diferença básica é que os mecanismos de controle são muito mais intensamente ligados às famílias vulneráveis, nas quais quase nada passa despercebido, do que nas famílias com plenas condições econômicas, visto que estas são percebidas como autoridades em saber criar filhos. Se por um lado a pobreza perde espaço enquanto motivo, a negligência ocupa seu lugar, potencializando pretextos de retirada destas crianças e adolescentes de casa, uma vez que se ampliou o leque de possibilidades de encaixe de práticas neste conceito. Deve-se ainda problematizar o fato de que muitos pais pobres ditos

<sup>20</sup> O filme brasileiro “O contador de histórias” é baseado em fatos reais e um bom exemplo de como os pais pobres acreditam que a internação é a melhor alternativa para os filhos.

<sup>21</sup> <<http://www.dicio.com.br/negligencia/>>.

negligentes, por não conseguirem respeitar as condições mínimas de sobrevivência, bem como os direitos fundamentais de seus filhos, não o fazem por falta de condições, sendo que os próprios se encontram nas mesmas condições de precariedade.

Para fins de exemplificação, podemos citar o caso do Bernardo Boldrini de 11 anos, que foi morto pela madrasta com o consentimento do pai. Antes de vir a óbito o menino chegou a procurar o Fórum da cidade em que morava, para denunciar ambos por maus-tratos. Realizou-se então uma vistoria, que não surtiu efeito nenhum. Sendo o pai médico e a madrasta enfermeira, e tendo poder aquisitivo e posição social, não se levou em conta as denúncias, que poderiam facilmente ser enquadradas como maus-tratos e negligência.

Os abrigamentos chamaram a atenção, principalmente pela forma como são feitos. Conforme denúncias do jornal, estes jovens estão sendo vítimas da negligência dos pais e do Estado, uma vez que

*“na prática, a precariedade dos serviços públicos de acolhimento impõe uma segunda (e por vezes 3º ou 4º) violação à infância, já maculada por abusos dos pais variados tipos [...]. Por serem vítimas de violência, essas crianças sofrem uma ruptura da estrutura familiar e ficam com uma marca para a vida inteira. Por isso, essas instituições de acolhimento precisam ser boas, capazes de oferecer um cuidado que seja o mais próximo possível de uma família.” (03/02).*

Os discursos produzidos pelo jornal com relação às práticas de institucionalização vão ao encontro do que o ECA prevê, ou seja, que crianças e adolescentes sejam considerados como sujeitos de direitos, introduzindo, desta forma, novas medidas de proteção, uma vez que os discursos aparecem como uma forma de comparação entre a realidade destes abrigos e como de fato eles deveriam funcionar. *“No reino das boas intenções os abrigos existem para garantir a crianças maltratadas ou negligenciadas um ambiente saudável para crescer, substituindo em algum momento aqueles cuidados essenciais que a família, pelas mais diversas razões, não consegue dar.” (03/02).* Ou ainda, criticam *“que as falhas privam a convivência familiar – biológica ou adotiva – e condenam crianças a viver em abrigos, que, por lei, são moradas temporárias.” (03/02).*

É interessante perceber que, mesmo que os discursos sobre a Política de Assistência Social quase não apareçam no jornal, existe o conhecimento dos direitos das pessoas, pois tanto nas partes escritas por jornalistas, como por colaboradores “comuns” há uma preocupação com estes infantes, bem como com seus direitos que estão sendo violados, de

várias formas, como podemos perceber em mais este relato: “*visitei uma casa que acolhe um surdo, mas ninguém sabe Libras*” (07/02).

O ato de desqualificação da família vulnerável e de entrega da tutela dos filhos da pobreza ao Estado não é uma prática recente, podendo ser considerada como um processo que vem se constituindo ao longo da história, que tinha e tem por objetivo investir no futuro destes jovens, dando-lhes formação adequada. A seguir, pretendo evidenciar, de forma abreviada, como esse processo de depreciação foi se constituindo, especialmente no Brasil.

Concomitante com a necessidade de gerenciar a pobreza, surge, por volta do século XIX no país uma medicina cuja função maior é a higiene pública, com aqueles sujeitos que não têm uma família, ou que não possuem responsáveis sociopolíticos sejam pensados como um problema de ordem pública (MELLO, 2012). Donzelot (2001) acrescenta que este também é o caso das pessoas que não estão ligados ao aparelho social, como os mendigos, vagabundos, pessoas sem fé, enfim, indivíduos que acabam desempenhando o papel de perturbadores do sistema de proteções e obrigações do Estado.

No Brasil adotaram-se, primeiramente, os métodos europeus de contenção do abandono, passando no século XVIII às Santas Casas de Misericórdia, instituições mantidas pela Igreja Católica, a adotar o sistema da “Roda os Expostos”. A roda era um instrumento que recolhia as crianças enjeitadas e, considerada uma saída perfeita para a prevenção da delinquência, uma vez que as crianças ali criadas se tornariam adultos dignos e preparados quando alcançassem 16 anos e pudessem seguir seu caminho (MARTINS, 2003).

As intervenções no espaço urbano eram pensadas e desenvolvidas para o controle da pobreza e das classes ditas desviantes. Estas práticas eram usadas para reduzir indigentes, abandonados, inválidos e doentes à categoria de assistidos sociais; com o atendimento voltado à caridade e ao assistencialismo, o objetivo era a mudança de comportamentos desviantes. A educação higienista da infância visava à criação do adulto disciplinado adequado ao Estado e ao trabalho (MARTINS, 2003).

Com o advento das Leis do Ventre Livre (1871) e Áurea (1888), cresceu o abandono e circulação de crianças negras, aumentando na mesma proporção o sentimento de asco por estes pequenos, bem com por suas famílias, que eram indicadas como culpadas de tal situação. Os pobres e sua falta de traquejo social incomodavam e muito a elite brasileira, tornando-se um contratempo que deveria ser erradicado do país (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007). Segundo as autoras, os intelectuais tiveram papel fundamental na constituição da desqualificação das famílias pobres:

Misturavam-se aí saberes dos especialistas da medicina social como a degenerescência hereditária lombrosiana – segundo o qual os males psicopatológicos teriam origem genética e seriam fisicamente perceptíveis – e a degenerescência moral de Ferri – que abarcava em sua classificação os anormais de origem social, como anormalidade contagiosa e reconhecida nos hábitos e comportamentos. Por fim, a família pobre e seus hábitos de vida seriam condenáveis, genética e moralmente (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007, p. 5).

Pode-se pensar que a partir de então se começava a relacionar pobreza e periculosidade; em outras palavras, a transformação da infância em perigo para a infância perigosa, que passou a demandar um novo modelo de dispositivos de controle, que dessem conta, na medida do possível, de homogeneizar os infames (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007). Conforme Wacquant (2007) desenvolve em sua pesquisa, passa-se do Estado caritativo e de sua rede de segurança para a construção da rede disciplinar com uma polícia de criminalização da pobreza, cujos serviços sociais vão se constituindo em instrumentos de controle e vigilância das *classes perigosas*, ou seja, tais práticas sociais que punem a miséria têm por objetivo dar conta do excedente não controlável pelas políticas públicas. Entende-se então, que os abrigamentos infantojuvenis vêm cumprindo seu papel de domínio sobre a pobreza e o controle de riscos.

### 4.3 A pobreza e os números no Jornal Zero Hora

No decorrer da produção dos dados de análise desta dissertação, foi gritante a quantidade de números que vinham associados às matérias sobre a pobreza. A partir disto, indaguei-me em saber quais os motivos que levam esses sujeitos a serem tão marcados. Trago então, alguns trechos do que encontrei nas edições, para que após se realize a discussão.

Este material aparece em forma de números brutos, ou porcentagem de sujeitos que necessitam ou já se serviram de algum tipo de auxílio, seja por parte do estado ou de filantropia: “Oferecimento de serviços como os de saúde e orientação trabalhista tem como objetivo ajudar 300 pessoas na adaptação à nova realidade” (28/03), “atende a 120 pessoas” (19/02), “até o ano passado, 13.1 milhões de famílias tinham o direito à Tarifa Social, que concede desconto escalonados de 10% a 65% na conta de luz [...] Cerca de 60% dos beneficiários eram no Nordeste e 20% do Sudeste. O restante se dividia de forma semelhante



*no Norte, Sul e Centro-Oeste*” (05/03), “*o grupo ‘fixo’ é de 8 pessoas, a maioria há muito tempo em situação de rua*” (18/03), “*ao todo, serão 998 famílias nas Ilha Grande dos Marinheiros e nas vilas Tio Zeca e Areia que terão de sair de suas residências*” (10/04), “*dedicou-se a cuidar de 40 crianças do dialeto xhosa – algumas com HIV*” (01/02), “*o número de crianças de Porto Alegre que deveriam estar no Cadastro Nacional de Adoção e não estavam caiu de 40 mil para 11*” (16/04), “*cerca de 10 pessoas fixaram residência. Há colchões, lonas, um sofá-cama, mesa, banco e cadeiras*” (18/03), “*temos fila de espera de mais de 3 mil pessoas de baixa renda, enquanto tem gente lucrando ou invadindo condomínios, sem punição*” (23/03), “*em setembro de 2014, 129 crianças destituídas do poder familiar em POA*” (01/04), “*serão distribuídos 600 kits com chocolates (para famílias de baixa renda)*” (03/04).

Já no segundo grande grupo, os números aparecem atrelados à idade dos sujeitos, que na maioria dos casos já estão vinculados a uma instituição assistencial: “*E é menor de 5 anos, o que a inclui no grupo de crianças com muita chance de serem adotadas*” (02/04), “*acolhe crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, vítimas de violência ou negligência familiar*” (22/02), “*voltado para jovens e adultos entre 18 e 35 anos com baixo poder aquisitivo*” (01/03), “*nos últimos 3 anos, Emanuel colecionou nove ocorrências de fugas e desaparecimentos de casas, de abrigos, de assistentes sociais, que tentavam ajuda-lo, e da escola*” (30/04). Embora na primeira classificação apareça o serviço voluntário indiretamente, houve apenas um caso em que são contabilizados os números desses auxiliares, quando se referem a “*são cerca de 15 voluntários envolvidos no projeto, faça chuva, faça sol*” (19/02).

A partir de então, discuto: como os números adquiriram tanta importância para a política, para a forma de governar a população? É preciso lembrar que neste texto estarei pensando apenas na população pobre como objeto analítico, e de forma alguma pretendo passar a ideia de que somente eles estão sujeitos a essa captura da vida.

A estatística é entendida como uma ciência do Estado (FOUCAULT, 2008), que surge para dar sentido a uma enxurrada de números, que por sua vez têm como pretensão dar significado a diferentes aspectos da vida das populações, ou seja, praticamente todos os aspectos biológicos da vida passam a ser mensurados, calcula-se a quantidade de nascimentos, de mortes, de doentes e quais doenças os afetaram, para então definir se é uma epidemia que merece atenção ou não, a quantidade de estudantes, de empregados, de casados, de homens, de condições socioeconômicas e muitíssimas outras opções, salientando que somos fortemente marcados por binômios, como homem/mulher, então quando se mensura a quantidade de homens, também está se verificando a quantidade de mulheres. Entretanto, não

serve apenas para controlar a vida dos sujeitos coletivamente. É utilizada, igualmente, para o individual e as questões do Estado, como balança comercial, riquezas, impostos e etc.

Segundo Traversini e Bello (2009), a estatística nem sempre esteve ligada à questão de controle numérico, pois, conforme registros históricos encontrados, as estatísticas que se empregavam quase nada se assemelham com as utilizadas atualmente, ou então, tinham outras denominações para estas análises. De acordo com os autores, foi somente por volta do século XVII, com a soberania, que a estatística se transforma em um domínio importante do saber. Já no Brasil, esta noção de estatística das populações começa a ser possível somente por volta dos anos 40, com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, momento em que surge a preocupação de se conhecer aquilo que virá a se constituir como uma população brasileira, uma vez que era necessário ter noção de como viviam os sujeitos nos interiores do país, para assim conseguir conduzir suas condutas, sendo por este motivo impossível de se pensar em uma nação antes disto.

De acordo com o que Traversini e Bello (2009) apontam, é necessário o uso do saber estatístico para que se possa fazer uma gestão de risco, identificando quais são as populações mais vulneráveis/perigosas e que por isso necessitam de uma maior intervenção do governo em suas condutas. Tais práticas de controle não devem ser pensadas dentro do binômio “bom/mau”, uma vez que são realmente eficazes para que se identifiquem os principais problemas de determinada população, como analfabetismo, falta de saneamento básico, saúde, assistência, entre outros. Contudo, com esta “gestão de risco social, não se visava à totalidade da população do país, mas sim aquela parcela de indivíduos pobres, de desempregados e de analfabetos, que geravam altos custos sociais para o estado” (TRAVERSINI; BELLO, 2009 p. 143).

Devemos estar atentos a estas produções de estatísticas sobre as populações pobres, pois elas acabam se constituindo em verdades inquestionáveis, afinal quem irá ser contra a caridade, uma vez que o número de pessoas que não receberia auxílio de outra maneira é altíssimo? Qual a necessidade de inspecionar os abrigos de acolhimentos de crianças e adolescentes se os números mostram que quase todos necessitam de muitas reformas? Até mesmo ao escrever estes questionamentos, tenho a sensação de estar fazendo perguntas redundantes, tal é a obviedade que os números ganharam, mas é justamente por isso que eles devem ser problematizados, pois como apontado brevemente acima, eles são produto do nosso tempo, ou seja, não são naturais.

Podemos observar então, que, com o auxílio dos números, a sociedade passou a ser governamentalizada progressivamente, aprimorando-se técnicas de encaminhamento de

condutas. Foucault (2009) tem três maneiras de nos explicar a governamentalidade:

- 1- o conjunto construído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- a tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina e, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3- O resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV a XVI estados administrativos, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 2009, p. 292).

De acordo com Lockmann (apud LASTA, 2015), as políticas públicas de Assistência Social passam a funcionar como estratégias de governamentalidade, determinando práticas e modos de agir individuais e coletivos, pois ao se prestar bens e serviços à população pobre, consegue-se conduzir suas condutas. Em sua tese, a autora salienta que, ao contrário das políticas de previdência, que visavam proteger aqueles que contribuíram previamente, a de assistência se caracteriza por auxiliar a quem dela necessite, independentemente da contribuição. Com isto passa-se a conseguir controlar a pobreza, sabendo quem e quantos são, como vivem, onde estão e etc., tornando-se desta forma, “possível avaliar os perigos e transformá-los em riscos calculáveis e, assim evitáveis” (LOPES apud LASTA, 2015, p. 69).

O que o Estado propõe como pacto com a população é: “Vocês estarão seguros”. Garantindo contra tudo o que pode ser incerteza, acidente, prejuízo, riscos. Vocês estão doentes? Terão a seguridade social! Não tem trabalho? Terão um seguro-desemprego. Há um vagalhão? Criaremos um fundo de solidariedade! Há delinquentes? Vamos assegurar-lhes a sua correção, uma boa vigilância policial! É certo de que este pacto de segurança não pode ser do mesmo tipo que o sistema de legalidade pelo qual, antigamente, um Estado podia dizer: “Escutem, serão punidos se fizerem tal coisa, e não serão, se não o fizerem”. O estado que garante a segurança é um Estado que está obrigado a intervir em todos os casos e que a trama da vida cotidiana é rompida por um acontecimento singular, excepcional. (FOUCAULT apud LASTA, 2015, p. 69).

Conforme Lasta (2015) desenvolve, vai aos poucos surgindo este Estado de governo e, com ele, os sistemas de seguridade que têm como fim gerenciar riscos. A partir da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei n. 8.742), aprovada em 1993, a proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas intercorrências da vida, tais como a velhice, a doença, a adversidade, as privações. Assim, a assistência social passa a ter caráter universal, ainda que seletivo, para quem dela necessite. No Art. 1º encontra-se que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2009, p. 6).

Embora a gestão dos riscos seja do interesse de todos, ela dá ênfase especial à parcela da população definida como miserável. Para tanto, classifica-a como sendo uma população de risco, através de suas condições de moradia, salário, desemprego, grau de instrução, saneamento básico, potencial para proliferação de doenças, entre outros. Não é à toa que comunidades classificadas como “de risco” são “equipadas”, por exemplo, com postos de saúde e Centros de Referências da Assistência Social (CRAS)<sup>22</sup>.

É interessante perceber que os atos individuais dos sujeitos não são levados em consideração quando se classifica determinado local como sendo de risco, mas sim o todo daquela população (TRAVERSINI; BELLO, 2009). Cabe salientar que tais auxílios não são realizados exclusivamente pelo Estado, uma vez que a própria Política de Assistência gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso (BRASIL, 2010), ou seja, conforme foi possível perceber nos trechos da Zero Hora trazidos no início desta discussão, tais assistências ocorrem também através da caridade, por instituições religiosas, filantrópicas, ONGs, entre outras.

---

<sup>22</sup> A Proteção Social Básica objetiva prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (BRASIL, 2004).

## 5. CONSIDERAÇÕES (QUE NÃO SERÃO) FINAIS

Já que é sempre necessário um fim, finalizo fazendo um fechamento do que foi escrito neste trabalho. Propus-me a analisar quais são os discursos sobre as Políticas de Assistência Social produzidos pelo jornal Zero Hora. A partir dos dados produzidos pude discutir primeiramente: quem e como são estes sujeitos descritos por esta mídia? Eles são entendidos com outros, como se se encontrassem em uma classe diferente do restante da sociedade burguesa; de acordo com Bauman (1998), são percebidos como sujo e estranhos, estando presentes nas mais diversas sociedades.

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os, produz de sua maneira, inimitável. Se os estranhos são pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em todos três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confuso o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles escurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que dever ser claramente vista; se tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos (BAUMAN, 1998, p. 27).

Vivem às margens e, conforme cito no decorrer do texto, encontram-se em permanente estado de exceção. Por serem *zoe*, têm sua vida mais exposta do que o restante das pessoas. É como se houvesse uma autorização para que se desrespeitem as suas necessidades básicas. Suas vozes não são ouvidas, uma vez que não há relatos próprios na Zero Hora, há sempre pessoas mais autorizadas a falar sobre estes sujeitos do que eles mesmos.

Eles têm números tatuados em suas peles, por mais que isto seja uma metáfora, portanto, invisível, ela não é inexistente, pois é muito fortemente materializada na vida desses, através de estratégias de governmentação, desenvolvendo-se assim ações sobre si mesmos e sobre os outros. Podemos utilizar como exemplo os benefícios assistenciais, que fazem com que os sujeitos tenham determinadas condutas para que possam continuar incluídos nestes programas, fazendo desta maneira que se imponham maneiras corretas de ser e estar no mundo.

São sujeitos de quem desviamos o rosto, e que nos fazem trocar de calçadas, ao mesmo tempo em que inspiram a nossa boa vontade. São culpabilizados por sua miséria, do mesmo modo em que se cobra do governo que tome medidas efetivas para garantir-lhes os seus direitos. Por fim, os discursos do jornal enunciam que os direitos destes “estranhos” são associados à caridade, a boas ações e não a uma política que lhes garanta direitos. Entretanto, não há dúvida de que exista um tensionamento nestas relações de saberes-poderes, pois ainda que alguns discursos estejam mais em evidência do que outros, todos resistem e se colocam em pauta.

Por mais que vários discursos sobre a pobreza se façam presentes no jornal, ao se colocar um mais em voga do que outro, como no caso da caridade em detrimento da política, isso nos diz muito sobre as formas de subjetivação, de ver e pensar a Assistência Social e estes sujeitos de pobreza, que também ainda são de caridade. Deste modo, “o resultado final de tudo isso é que nos fica sempre a sensação de descompasso, de desencaixe entre aquilo que se quer ter e aquilo que se consegue ter, entre aquilo que se pretende fazer e aquilo que se consegue fazer”. (VEIGA-NETO; LOPES, 2011a, p. 4).

### **5.1 O que ainda me movimenta a pensar**

Talvez mais do que a maioria das pessoas, tenho grandes dificuldades de finalizar um trabalho, sobretudo, um que me ocupou por dois anos e que foi tão particular, tão meu. Relendo o trabalho, percebo que ficaram muitos fios soltos em minha escrita e que me fazem ficar com a impressão que nunca serão totalmente costurados, pois sempre existirá algo novo para acrescentar.

Há um dito popular que diz “*em cada escolha uma renúncia*”, e é assim que percebi cada novo parágrafo que iniciava. Desta forma, me dá uma espécie de saudade da dissertação que deixei de escrever, ao optar por esta, das coisas que não disse, dos conceitos que não usei, das militâncias que aprendi (ou nem tanto assim) a deixar de fazer. Walter Benjamin (1995) justamente me faz refletir sobre essas sobras, que muitas vezes nem seriam aceitas como científicas, ou pelas normas acadêmicas. Ele se utiliza da alegoria de olhar o bordado do avesso, pois mesmo com toda a sua imperfeição e nós pode ser admirado, quero dizer com isto, que algumas vezes seria interessante não olhar apenas o óbvio, ou com tanta naturalidade para as coisas, pois o belo também pode estar no estranhamento, no diferente, pode nos surpreender, mas para tanto é necessário afetar-se.

O processo de pesquisa é único, cada um tem o seu tempo, e, por mais que se leia sobre algumas coisas, elas continuam a ser nossos pontos cegos, até que em algum momento o que já estava dado se torne visível. Utilizo-me então das palavras de Lasta (2015, p. 174) para contar um pouco de minhas dificuldades neste processo:

Demorei a dar-me conta do quanto estava envolvida com a Assistência Social – talvez esse tenha sido um dos grandes momentos, tanto para pesquisa quanto para a pesquisadora, em que passei a perceber que a Assistência Social e os discursos da “nova Filantropia” faziam parte de mim, não só pelo lugar que ocupava/ocupa nos diferentes espaços profissionais/acadêmicos onde circulo, mas por perceber que também produzo/sou produzida a partir desses discursos.

Penso que o meu *dar-me conta* aconteceu mais ou menos entre o momento que percebi que a Política de Assistência segundo o discurso da Zero Hora ainda é intimamente relacionada com a caridade e que, de fato, essa pesquisa trabalharia muito mais a pobreza enquanto necessidade do que da Política enquanto direito.

Assusto-me em pensar que, mesmo que não fosse minha ideia, e nem me sinta capacitada para tal, ao escolher analisar os discursos produzidos por um jornal que se referiam a uma determinada população, estou também produzindo algum tipo de conhecimento e, ao fazer isso, automaticamente estou produzindo estes sujeitos. E o que foi produzido aqui? Espero não ser mais uma a me utilizar destas vidas consideradas indignas para chegar a um fim esperado, no caso, receber um título de mestra.

Afinal, sejamos francos, a pobreza tem nos servido, seja para que tenhamos temas para pesquisa, seja para termos cada vez mais campos para trabalhar (como no caso dos psicólogos da Assistência), seja como refere Bauman (2005), para nos servir de comparativo do que não queremos ser, seja para nos aproximar de Deus e etc. O que me parecia ter uma solução tão “simples” antes, bastando apenas erradicar a pobreza, me soa até um pouco doentio hoje, uma vez que são apenas os meus olhos percebendo uma vivência que desconheço por completo, e que a forma como fui subjetivada não me permite ter empatia baseada em critérios tão diferentes dos meus. Mas ainda que não consiga realmente me colocar no lugar destes sujeitos, quero e posso me deixar tocar por essas questões. Afinal, quem sabe se eles se percebem como sujeitos tão desvalorizados, conforme nos escrevemos?

Por fim, deixo aqui o meu mais sincero desejo de que esta escrita auxilie de alguma forma na mudança do pensamento que se tem sobre a pobreza e por consequência sobre as

Políticas Públicas de Assistência Social. Comecei essa trajetória com algumas certezas e termino com muitas dúvidas. Mas conforme escrevi anteriormente, é necessário por um ponto final.



## 6 REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BENJAMIN, Walter; TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Rua de mão única*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BERNARDES, Anita Guazzelli; HILLESHEIM, Betina. *Insistência em minorar: reflexões sobre políticas públicas e saúde*. Avances em Psicología Latinoamericana, Bogotá, v. 30, n. 2, p. 365-76, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79924881012>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

BRASIL. Casa Civil. Decreto n. 7.492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil sem Miséria, 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jun. 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7492.htm)>. Acesso: 10 out. de 2014.

BRASIL. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília (DF): MDS, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/lei-organica-de-assistencia-social-loas-anotada>>. Acesso em: 28 out. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília (DF): MDS, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome [site oficial]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 04 out. 2014.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAVAGNOLI, Karen Cristina. *Política de Assistência Social: a garantia de direitos e a produção da vida*. 2014. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Ser jovem, ser pobre significa ser perigoso? *Revista de Estudos sobre Juventud*, Ciudad de México, v. 22, n. 9, p. 46-57, 2005. Disponível em: <[http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos\\_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf](http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Maria%20L%C3%ADvia%20do%20Nascimento/texto23.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CRUZ, Lílian Rodrigues, GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as Práticas Psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CRUZ, Lílian Rodrigues; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Infância e políticas públicas: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 42-49, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. São Paulo: Ed. 34, 2013.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault*. Arqueologia de uma paixão. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

\_\_\_\_\_. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer a pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2012b.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

\_\_\_\_\_. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan. *Jornalismo e Identidade Cultural Construção da Identidade Gaúcha em Zero Hora*. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GIROUX, Henry. Memória e Pedagogia no Maravilhoso Mundo da Disney. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na Sala de Aula*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Análise do discurso e mídia: A (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007. Disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/viewFile/6865/6201>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

HILLESHEIM, Betina. É preciso incluir! Políticas Públicas e o imperativo de inclusão. In: CRUZ, LÍlian Rodrigues da; RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

KLEIN, Carin; DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

LASTA, Leticia Lorenzoni. *Políticas de Assistência Social no Brasil: O Governo da vida pela proteção e inclusão social*. 2015. 198 f. Tese (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

\_\_\_\_\_.; HILLESHEIM, Betina. Políticas Públicas de inclusão escolar: a produção e o gerenciamento do anormal. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (Org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOCKMANN, Kamila. *A proliferação das Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada: Estratégias de governamentalidade neoliberal*. 2013. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, Maura Corcine. *Prefácio: Políticas de inclusão e governamentalidade*. In: THOMA, Adriana da Silva, HILLESHEIM Betina (Org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

MARTINS, Daniele Comin. *Estatuto da criança e do adolescente e política de atendimento*. Curitiba: Juruá, 2003.

MATE, Reyes. *Meia noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS. 2011.

MELO, Thalita Carla de Lima. *Do controle Social no contemporâneo: Algumas inquietações acerca do trabalho social realizado em um CRAS do interior do Alagoas*. 2012. 182 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação e Psicologia Social do Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

NASCIMENTO, Maria Lívia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, p. 39-44, 2012.

NASCIMENTO, Maria Lívia et al. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Psicologia e Política*, v. 14, n. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=48&layout=html>>. Acesso em 12 dez. 2015.

NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O Governo Pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RECH, Tatiana L. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, Eli T. Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Org.). *Inclusão e Biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARZOTTI, Claudio. Foucault e o saber sobre a resistência. In: SCISLESKI, Andrea; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). *Juventude, Marginalidade Social e Direitos Humanos: Da psicologia as Políticas Públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

SILVA, Mozart Linhares da; BEISE Cristiane Becker. In: THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, Betina (Org.). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

SPOSATI, Aldaísa, et al. Serviço social e o assistencial: a colocação histórica da questão. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras*. São Paulo: Cortez, 1985.

SCISLESKI, Andrea; CAETANO, Carla L. C.; COGOY, Camila Minussi. “Maldita Geni!”: políticas de moradia e a produção de paradoxos. In: CRUZ, Lílian Rodrigues da, RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima (Org.). *Interlocuções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

SCISLESKI, Andrea. *Governando vidas matáveis: as relações entre a saúde e justiça dirigidas a jovens em conflito com a lei*. 2010. 102 f. Tese (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo López. O numerável, o mensurável e o auditável: estatísticas como tecnologia para governar. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 135-152, mai./ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

\_\_\_\_\_. *Foucault & a educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_.; LOPES, Maura Corcini. *Inclusão como dominação do outro pelo mesmo*. In: VII Colóquio Internacional Michel Foucault, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, out. de 2011a.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. *Inclusão, exclusão, in/exclusão*. *Verve*, São Paulo, v. 30, p. 121-135, 2011b. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/download/14886/11118>>. Acesso em: fev. 2015.

WACQUANT, Loïc J. D. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* [A onda punitiva]. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

WINTER, Gabrielly da Fontoura; CRUZ, Lilian Rodrigues da. *Violência sexual infantil: o lugar da Psicologia nas políticas públicas de assistência social*. In: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 10., Santa Cruz do Sul. *Anais...* Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.